

**LUCIANA RODRIGUES PEREIRA**

**OS SENTIDOS SUBJETIVOS DO  
ABORTO PROVOCADO:  
manutenção e mudança das práticas sociais**

Monografia apresentada ao Centro  
Universitário de Brasília como requisito  
básico para a obtenção do grau de  
Psicólogo da Faculdade de Ciências da  
Saúde.

Prof. orientador: Dr. Fernando Luiz  
González Rey

BRASÍLIA/DF, NOVEMBRO de 2007



**CENTRO UNIFICADO DE BRASÍLIA**

**FACS -FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**

**CURSO DE PSICOLOGIA**

**Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:**

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |

**A Menção Final obtida foi**

\_\_\_\_\_

**BRASÍLIA-DF, NOVEMBRO/2007**

## AGRADECIMENTOS

Esta monografia é um símbolo material do caminho trilhado nos anos do curso de Psicologia, iniciado com a dúvida sobre o desejo de percorrê-lo, e finalizado com a convicção de que era imprescindível. Não porque resultará em um título, não porque proverá reconhecimento social, mas porque é um meio que permitirá, através da prática clínica, contatar o meu melhor e o melhor do outro, o que será fonte de extrema realização pessoal.

Agradeço, portanto, a todos que fizeram possível o percurso que nesta monografia se conclui. *À minha família, pais e irmãos*, que me ensinaram, de forma amorosa, a acreditar no meu potencial, a cultivar a generosidade e a simplicidade. A *Vivarta*, meu marido, incansável incentivador, que me nutre para continuar. A meus *amigos queridos*, que me fazem sentir em casa sempre. A meu psicoterapeuta *Valderi*, que me fez acreditar quando eu já havia desistido.

Também agradeço a *Raquel Flores*, que me incentivou a não abrir mão desse tema de pesquisa e da corrente teórica com a qual mais me identificava.

*Às queridas participantes* do estudo, que, além de abrirem mão de seu tempo, enfrentaram o medo de um olhar crítico em relação a suas opiniões e atos. Obrigada, de coração.

Finalmente, agradeço, de forma muito especial, ao *estimado professor orientador Fernando Luiz González Rey*, que sempre mostrou confiança no meu trabalho, inspirando-me com sua forma livre e brilhante de pensar, e com seu entusiasmo contagiante. Muito obrigada!

## ÍNDICE

|   |           |
|---|-----------|
| <b>I. INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>6</b>  |
| <b>II. DESENVOLVIMENTO.....</b>   | <b>9</b>  |
| <b>1. Fundamentos teóricos.....</b>                                     | <b>9</b>  |
| 1.1. Conceituando o aborto. ....  | 9         |
| 1.2. Caracterizando o aborto.....                                       | 12        |
| 1.3. Dados históricos.....  | 14        |
| 1.3.1. No mundo.....  | 14        |
| 1.3.2. No Brasil .....  | 17        |
| 1.4. O Social na Psicologia e a abordagem histórico-cultural.....       | 19        |
| 1.5. A Teoria da Subjetividade de González Rey .....                    | 23        |
| 1.5.1. O sentido subjetivo e a configuração subjetiva.....              | 29        |
| 1.5.2. Sentido subjetivo e emocionalidade.....                          | 31        |
| 1.6. A Teoria das Representações Sociais.....                           | 32        |
| <b>2. Fundamentos Metodológicos: .....</b>                              | <b>38</b> |
| 2.1. A epistemologia qualitativa.....                                   | 38        |
| 2.2. Aproximação do objeto de análise, uma licença para o “EU”.....     | 42        |
| 2.3. Objetivos .....  | 44        |
| 2.4. A escolha dos sujeitos.....  | 44        |
| 2.5. Instrumentos.....  | 46        |
| 2.6. Procedimentos.....   | 48        |
| <b>3. Organização das informações .....</b>                             | <b>50</b> |
| 3.1. Apresentação dos casos e a construção dos sentidos subjetivos..... | 51        |
| 3.1.1. Construções a partir das informações de Rita.....                | 51        |
| 3.1.1.1. Núcleos de sentido subjetivo de Rita.....                      | 55        |
| 3.1.2. Construções a partir das informações de Meire.....               | 56        |
| 3.1.2.1. Núcleos de sentido subjetivo de Meire .....                    | 61        |
| 3.1.3. Construções a partir das informações de Izabel.....              | 62        |
| 3.1.3.1. Núcleos de sentido subjetivo de Izabel.....                    | 68        |
| 3.1.4. Construções a partir das informações de Maria.....               | 69        |
| 3.1.4.1. Núcleos de sentido subjetivo de Maria.....                     | 74        |
| 3.2. Paralelos e discussão.....   | 75        |
| <b>III. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                   | <b>79</b> |
| <b>IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                              | <b>82</b> |
| <b>V. APÊNDICES.....</b>  | <b>85</b> |
| <b>VI. ANEXOS.....</b>  | <b>86</b> |

**RESUMO:** A pesquisa investiga a configuração subjetiva que assume o tema *aborto provocado* para as mulheres. Sob a perspectiva da Teoria da subjetividade, o estudo busca construir, através de instrumentos dialógicos e escritos, os sentidos subjetivos e núcleos de subjetivação que influenciam crenças e posicionamentos femininos em relação à prática do aborto. Para isso, foram escolhidas quatro participantes para o estudo, duas contrárias ao aborto e duas favoráveis. As informações colhidas nos vários momentos da pesquisa foram examinadas e organizadas segundo a metodologia qualitativa, adotando-se um tipo de procedimento construtivo-interpretativo. Desta forma, foi possível delinear representações e indicadores relacionados, para que finalmente, pudessem se estabelecer quatro núcleos de subjetivação em torno do tema, centrados na (a) *maternidade*, (b) *religiosidade*, (c) *presença masculina e familiar*, e (d) *autonomia feminina*. Alguns desses núcleos contradizem as representações sociais majoritárias frente ao aborto induzido, que mostram a mulher como um ser dissociado de valores maternos e humanos. O estudo nos permitiu traçar características da subjetividade individual e coletiva frente ao tema, que influenciam e são influenciadas pelas práticas sociais, determinações da lei, e discursos majoritários que permeiam a cultura brasileira.

Palavras-Chave: aborto provocado, sentido subjetivo, Teoria da subjetividade.

## **Introdução**

A discussão sobre o direito ao aborto voluntário é um dos temas que mais tem polarizado o debate público no que diz respeito à Saúde no Brasil. No início de 2007, a incipiente proposta no Congresso Nacional para que se realizasse um plebiscito que desse à população oportunidade de se decidir a favor ou contra a legalização do aborto no País, repercutiu tão amplamente que ganhou destaque no noticiário de diversos meios de comunicação. A polêmica sobre o assunto mobilizou entidades de todo o território nacional, o que motivou a organização de numerosos atos públicos, principalmente para contestar o direito ao aborto.

Seguindo o curso dessas repercussões, a sobrevivência pós-nascimento de uma criança anencéfala em São Paulo foi divulgada e acompanhada mês a mês pela imprensa, virando ícone dos movimentos contra o aborto quando a menina completou cinco meses de vida. O caso, que constitui exceção à regra, já que a anencefalia costuma levar o nascituro a óbito horas depois do parto, é utilizado para justificar a atual punição a quem pratica aborto, e a continuidade da proibição legal de escolher livremente pela interrupção da gravidez, mesmo quando a chance de desenvolvimento humano é inviável para aquele que nasce.

Nesse caso emblemático, a decisão da mãe da criança anencéfala, uma agricultora de baixa renda, foi a de enfrentar a gravidez, o parto, a expectativa de vida breve da filha, e dificuldades práticas do nascimento (alimentação por sonda, apoio de terceiros para conseguir equipamento de controle de oxigênio da criança, etc.). Ela se dizia feliz, com o fato de a filha estar sobrevivendo, fosse qual fosse o tempo.

No entanto, para muitas outras mulheres, a expectativa do nascimento de uma criança pode ter um sentido extremamente diverso. Pode ser motivo de dúvidas, sofrimento e crise, senão por comprometimento da saúde do filho, por diversos outros motivos que englobam

impossibilidades financeiras, grande número de filhos, ausência do parceiro, falta de condições estáveis emocionais e relacionais, além de prejuízos na continuidade dos estudos, do trabalho, e outros. (AGI, 1999)

Segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde - OMS (2005), 211 milhões de mulheres, em média, ficam grávidas a cada ano no mundo. Dessas mulheres, aproximadamente 87 milhões (41%) declaram ter engravidado sem desejá-lo, sendo que 46 milhões acabam por provocar aborto. Somente 60% desses abortos são realizados em condições seguras para a mulher (OMS, 2005).

Estudo realizado pelo AGI (1996) avalia que, em 1991, o número de abortos induzidos no Brasil chegou a 1,4 milhão, uma média aproximada de 3.835 abortos diários. A estimativa levou em conta a frequência de procedimentos de curetagem pós-abortamento realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desconsiderando a taxa de abortos espontâneos, e, ainda, algumas pesquisas feitas conjuntamente, sobre aborto clandestino, de forma a incluir os casos que não chegam a passar pelo sistema hospitalar público.

Alguns dados posteriores disponibilizados pelo DATASUS permitiram a atualização estatística, o que levou à estimativa máxima, para o ano de 1994, de um total de 1,3 milhão de interrupções voluntárias da gravidez. Sendo que em 1996, a taxa diminuiu para 1 milhão (Correa e Freitas, 1997).

Uma das conseqüências mais graves do abortamento inseguro é a mortalidade materna, definida como a morte da mulher durante o período da gravidez e até 42 dias após o parto, devido a causas relacionadas ou agravadas pela gestação. Segundo relatório da ONU, 68 mil mulheres morrem ao ano no mundo, em decorrência de aborto induzido. O maior número de mortes, porém, ocorre nos países em desenvolvimento onde os abortos são ilegais, justamente

porque a clandestinidade acaba por agregar condições mínimas de segurança para as mulheres que passam por esse processo. (Faúndes e Barzelatto, 2004)

O panorama do aborto representado em percentagens e números revela um grave problema de saúde pública na maioria dos países da América Latina, com destaque para o Brasil, lugar em que, no ano de 2004, registraram-se cerca de 240 mil internações pelo SUS motivadas por curetagem pós-aborto. Esses procedimentos tiveram, naquele ano, um custo aproximado de 35 milhões de reais para os cofres públicos (DATASUS). Os dados são utilizados para a defesa do chamado Direito Reprodutivo da mulher e Direito à Segurança em Saúde, considerando a preservação da vida materna. Seus porta-vozes são os movimentos feministas, vários profissionais de medicina e até mesmo alguns setores de governo.

Em posição oposta, estão aqueles que integram o chamado movimento “Pró-Vida”, que defendem o direito à vida do feto desde sua concepção. Fazem parte deste grupo muitas comunidades religiosas, principalmente de evangélicos e católicos, bem como vários dirigentes políticos. Para a maioria deles, a forma mais eficaz de reduzir o número de abortos realizados no Brasil é a manutenção da lei punitiva e da proibição moral.

Os dois lados se polarizam na esfera social, e seus argumentos antagônicos foram a base de interesse para a presente pesquisa. A inferência que fazemos é de que os antagonismos, expostos no debate público, estão representados de forma muito mais complexa e dinâmica no plano individual do universo feminino. De forma nem sempre polarizada, estaria presente na interação emocional, racional, e relacional da mulher.

Assim, o objetivo deste trabalho não é apresentar especificamente os motivos e as contradições mais evidentes que levam uma mulher a decidir pela prática do aborto, embora essa questão possa ser levantada pelas participantes da pesquisa. A intenção é verificar as possíveis representações sociais, a formação de conceito, a conformação da complexidade e



dos sentidos subjetivos que assume essa questão para o sujeito, inserido na dinâmica que envolve o processo de decidir ou não pelo aborto, e mesmo o processo de pensar a respeito do tema.

A partir de tais análises, será possível refletir sobre as conseqüências desses sentidos para o campo social mais amplo, tanto individual, quanto coletivo, de forma a pensar como as práticas de saúde são constituídas, influenciadas, conservadas ou modificadas.

A importância dessa investigação é encontrar a base subjetiva que está por trás das cifras, das práticas reais que transpõem a lei, das emoções envolvidas no pré e no pós-abortamento, nas rejeições exaltadas e na defesa dessas práticas, que mobilizam as discussões públicas.

Sob o ponto de vista de que o individual influencia o coletivo e é por ele influenciado, espera-se, com esse trabalho, produzir maior compreensão sobre um tema relevante para a Psicologia da Saúde, e para a Psicologia Social.

## **II. Desenvolvimento**

### **1. Fundamentos teóricos**

#### **1.1. Conceituando o aborto**

Em plano geral, o aborto, ou abortamento, é definido como a interrupção da gravidez por motivos variáveis, antes que o feto seja capaz de sobreviver fora do útero materno. (OMS, 1997). Embora a palavra seja utilizada no senso comum para designar um aborto provocado, é importante saber que o termo se refere tanto ao tipo espontâneo de abortamento, quanto ao tipo induzido.

O aborto espontâneo é a interrupção da gravidez que ocorre sem interferências externas e pode ser causado por defeitos genéticos do embrião, ou doenças e debilidades da mãe. Por outra parte, no chamado aborto provocado ou induzido, existe uma intervenção externa e intencional. Para Faúndes e Barzelatto (2004), as duas modalidades de aborto podem implicar conseqüências sociais e psicológicas para a gestante e sua família. Porém, é no segundo tipo de aborto (o induzido) que mais amplamente observam-se implicações culturais, religiosas, éticas, políticas, além de sociais e psicológicas.

Com as tecnologias e tratamentos avançados na área neonatal, a viabilidade de um bebê prematuro torna-se cada vez maior, mas atualmente existe consenso no que se refere ao período mínimo necessário para que a criança sobreviva fora do útero materno, sendo estabelecido em 23 semanas de gestação (Faúndes e Barzelatto, 2004). Uma das implicações da determinação desse tempo mínimo é que a gravidez interrompida antes desse prazo seria considerada um aborto, enquanto que a partir do final da vigésima terceira semana, seria um nascimento (ou parto) prematuro.

Uma das definições mais controversas tanto na biologia, quanto na filosofia, é a questão sobre quando um novo indivíduo começa a existir no processo reprodutivo ou quando, de fato, começa a gravidez. Faúndes e Barzelatto (2004) lembram que colocar em perspectiva o aborto em termos da questão “quando começa a vida humana?” é uma forma equivocada de examinar o assunto, porque “a vida humana é uma continuidade através das gerações”. Além disso, para os autores, mesmo as células reprodutivas em separado são humanas e são vivas em qualquer estágio do desenvolvimento. Portanto, a vida já existe independente da fecundação.

Embora muitas instituições médicas, ou mesmo religiosas, considerem que o início da gravidez e da existência de uma pessoa dá-se logo após a relação sexual - na *concepção*

(união do espermatozóide com o óvulo) - a OMS e a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetria (FIGO) definem que a gravidez começa com a *implantação* (fixação do conjunto de células resultantes da fertilização na parede interna do útero), o que ocorre entre o 11º e o 14º dia, depois da concepção. Antes disso, o corpo ainda não identifica a presença do pré-embrião (célula fecundada e mais desenvolvida).

Tais determinações são referências para as considerações sobre o aborto, pois muitos óvulos fecundados (zigotos) acabam não se desenvolvendo numa gravidez e, portanto, ainda não podem ser considerados indivíduos propriamente ditos, pelo menos para instituições como a OMS e a FIGO. Tratar a interrupção do zigoto nessa fase inicial como um aborto seria, desta forma, algo inapropriado. Contudo, quando a legislação, a religião e outras doutrinas consideram que o zigoto já é um indivíduo, isso acaba por influenciar as idéias de que o aborto representa um assassinato, ou o fim de uma vida já formada.

Para determinar os limites do aborto ou da consideração de um novo indivíduo, alguns estudiosos consideram o critério da *vida cerebral*. O precursor desse pensamento foi o filósofo Hans-Martin Sass, que recomenda que a proteção legal da vida deve começar no início do funcionamento do cérebro, no final de 12 semanas de gravidez (Sass HM, 1994. Citado em Faúndes e Barzelatto, 2004). Segundo o autor, até aí não existem sensações de dor para o feto no caso de um aborto, pois as primeiras conexões nervosas ainda não são possíveis de ocorrer.

A definição do aborto leva em conta, portanto, fatores biológicos, legais, religiosos, e filosóficos. O consenso sobre o que pode ser considerado como tal, apesar de estar geralmente definido em normas jurídicas e convenções internacionais, está longe de ser amplamente aceito por todos os indivíduos e comunidades.

## **1.2. Caracterizando o aborto**

Em geral, o aborto induzido é feito de forma muito arriscada e primitiva no Brasil, já que é ilegal, na maioria dos casos. Joana Maria Pedro (2003) relata diversos métodos abortivos praticados ao longo do último século, que vão desde a ingestão de chás e poções de ervas, até massagens vigorosas no abdômen para provocar o aborto.

Muitas mulheres fazem-no sozinhas, em ambiente privado, introduzindo um objeto pontiagudo na cérvix uterina. O procedimento causa rompimento da membrana que protege o feto e, com isso, o embrião é expulso naturalmente do corpo da mulher. Essa prática causa infecções que variam em nível de gravidade, causando milhares de mortes maternas todos os anos, quando não provocam lesões irreversíveis no aparelho reprodutivo feminino.

Segundo Faúndes e Barzelatto (2004), o aborto provocado pode ser classificado em duas categorias: (a) uso de instrumentos para esvaziamento da cavidade uterina através da cérvix, tanto por dilatação e curetagem, ou, preferencialmente, por aspiração intra-uterina a vácuo; (b) administração de drogas medicamentosas, os chamados abortos farmacológicos.

Existem nomes diversificados para alguns tipos de abortos, segundo suas características. Alguns deles acabam não explicitando a intenção de interromper a gravidez, como é o caso de um procedimento para regulação menstrual. Alguns países adotaram inclusive como política pública a “regulação menstrual” para não assumir explicitamente a postura de legalização do aborto. O método utilizado nesses casos é o esvaziamento do conteúdo uterino em uma mulher com pequeno atraso menstrual – não mais que duas semanas – sem antes confirmar se ela está ou não grávida. (Faúndes e Barzelatto, 2004).

O método de “regulação menstrual” foi inclusive expandido em alguns países em que a prática é formalmente ilegal, como os muçulmanos, embora a doutrina islâmica não condene

explicitamente o aborto. Nesses casos, poderia ocorrer em oito ou até doze semanas de gestação, desde que realizado por aspiração a vácuo e anestesia local. Segundo Faúndes e Barzelatto (2004), tanto o médico, quanto a mulher sabem que a gravidez existe, mas mantêm o nome “regulação menstrual” como estratégia política. Esse exemplo é curioso, porque mostra como uma prática abortiva com um nome diferente acaba adquirindo um significado de maior aceitação social.

Um dos aspectos mais interessantes a serem ressaltados com referência à caracterização do aborto induzido é que este se tornou uma prática cuja responsabilidade recai basicamente sobre a mulher, apesar de a gravidez indesejada não ser resultado apenas de atos femininos. A decisão de abortar um feto pode ser tomada conjuntamente por um casal, mas é a mulher que, caso seja identificada num ato abortivo, sofre as penalidades da lei.

Pressupõe-se que, com a valorização da maternidade como um atributo positivo à constituição da identidade feminina ao longo dos tempos, como ressalta Forna (1999, citado em Arrais, 2005), a prática do aborto muitas vezes sugere uma recusa ao papel de mãe, entendido como obrigatório à condição de mulher. Talvez seja esse o imaginário que sustenta a atitude de muitos profissionais de saúde que adotam posturas discriminatórias para com mulheres que abortam. (Rede Feminista de Saúde, 2005)

Nessa mesma direção, Joana Maria Pedro (2003) observa que “a obrigação de ser mãe não criou a correspondente obrigação de ser pai. A medicalização da sociedade, que participou tão intensamente da naturalização do ‘instinto materno’, tem sido utilizada para o controle de práticas costumeiras. Não impediu, entretanto, a constituição de outras subjetividades”.

### **1.3. Dados históricos**

#### **1.3.1. No mundo**

Conforme dados apresentados por Joana Pedro (2003), o aborto era muito praticado nas relações extraconjugais da Antigüidade, já que dentro do casamento, o infanticídio por abandono da criança é que costumava ser mais praticado. As técnicas de abortamento eram hábitos de conhecimento de cortesãs, embora nem sempre fossem eficazes. A mesma autora relata que na Roma antiga havia leis que puniam o aborto, mas não por medida de proteção ao feto. A questão ali eram os direitos do marido sobre a prole, já que as mulheres solteiras que abortavam não eram punidas.

Relata-se (Pedro, 2003) que os cristãos acabaram adotando o princípio de condenação a práticas contraceptivas e abortivas por assumirem pressupostos da doutrina judaica. Porém, é muito interessante observar que, embora houvesse a consideração de que o aborto era uma prática muito grave desde os primeiros séculos da cristandade, a visão de pecado estava influenciada pela filosofia de Aristóteles, que considerava que a alma somente ocupava o feto depois de 40 dias (nos homens) e 90 dias (para as mulheres) da concepção. As penalidades eclesiásticas para o aborto, portanto, eram menos severas se este acontecesse até o período de “animação fetal”, que não ocorreria antes do primeiro mês de gestação.

A Igreja Católica aceitou o preceito aristotélico até o século XIX. Mais precisamente, até o ano de 1854, quando o Papa Pio XI proclamou o dogma da Imaculada Conceição, determinando que a alma existia desde a concepção. (Faúndes e Barzelatto, 2004). O que se conclui daí é que a consideração religiosa sobre o aborto, inclusive do Catolicismo, uma das correntes religiosas mais tradicionais e que influencia grande parte do pensamento e das leis em países da América Latina, é mais uma convenção do que propriamente uma regra que existiu desde o início desta religião.

Comparação feita entre várias perspectivas religiosas permite dizer que o Catolicismo é mais rígido com relação ao aborto do que a corrente protestante, budista, hinduísta e mulçumana. (Faúndes e Barzelatto, 2004). Para a Igreja Católica, o aborto é punido com a pena máxima: a excomunhão, enquanto outras religiões não o vêem como um pecado tão grave. Algumas doutrinas podem mesmo permitir que o aborto seja feito até determinado período de gestação, como é o caso da maior parte das abordagens religiosas mulçumanas.

Faúndes e Barzelatto (2004) mostram que a maioria das crenças existentes no mundo, embora considerem a interrupção da gravidez um ato a ser evitado, permitem que as mulheres tomem a decisão por sua própria consciência em situações e por razões bastante diversas, o que significa dizer que não há consenso religioso quanto ao tema.

Com a finalidade de motivar um diálogo maior entre as variadas orientações religiosas mundiais, no ano de 1994, houve uma iniciativa que descrevia a necessidade de que religiões e leis considerassem um caminho mais amplo de justiça social no que diz respeito aos direitos reprodutivos. Foi um encontro que precedeu a 4ª Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas.

Tal encontro reuniu 30 teólogos de crenças distintas, em Genval na Bélgica. Eles elaboraram um relatório final considerando o seguinte<sup>1</sup>:

Muitos textos religiosos antigos e interpretações modernas refletem culturas de dominação masculina e estão construídas como se fossem uma autorização divina para subjugar as mulheres (...) Enquanto o aborto é universalmente tratado como

---

<sup>1</sup> The Park Ridge Center for the Study of Health, Faith, and Ethics.(1994).*A Report on an International and Interfaith Consultation*. Genval, Belgium, May 4-7, 1994. Disponível em: <<https://repository.berkeleycenter.georgetown.edu/RD-19940507-ParkRidge-WorldRelUN.pdf>> Acesso em julho/2007)

um problema moral e religioso sério, ele tem aspectos diferentes entre e dentro das comunidades religiosas. Muitas tradições religiosas não proíbem o aborto de forma generalizada, ainda que algumas limitem as condições sob as quais possa ser permitido. Outras compreendem que a prática é uma matéria que deve ser deixada para o discernimento do indivíduo em conformidade com os ditames da consciência pessoal (...) Quaisquer que sejam as posições sobre o aborto, as comunidades religiosas não podem desconsiderar o fato de que ele ocorre e que, em lugares onde é ilegal ou duramente restrito, ele freqüentemente representa risco para a vida e saúde da mulher. A descriminalização do aborto, portanto, é uma resposta mínima a essa realidade e um meio razoável de proteger a vida e a saúde de mulheres em risco. Atendendo à preocupação moral em relação ao aborto e ao conjunto de posicionamentos assumidos pelas comunidades religiosas, a visão de qualquer religião particular não deveria ser imposta sobre as outras.

Quanto à proibição legal, Faúndes e Barzelatto (2004) descrevem que o aborto não era assunto tratado em lei pelos governos antes de 1800. Segundo os autores, somente depois do século XIX, é que as restrições começaram a ser mais comuns na Europa. Uma das explicações para isso é que os “hospitais para crianças rejeitadas”, antes geridos pela Igreja, passaram às mãos dos Estados, os quais fechavam-nos por não conseguirem sustentá-los. Essa ausência de uma instituição capaz de cuidar da criança abandonada acabou aumentando vertiginosamente a rejeição social à gravidez, o que transformou o aborto em ato mais freqüente, e um problema de saúde pública.



Os estudiosos também lembram que as restrições da lei não tinham somente a intenção de minimizar um problema de saúde pública. Também era importante para os Estados europeus estarem de acordo com as correntes religiosas vigentes. Espanha e Portugal, colonizadores da maioria dos países da América Latina, eram católicos (doutrina mais restritiva ao aborto), o que talvez explique a origem das proibições legais mais severas praticadas até hoje na maioria dos países colonizados.

Segundo Priore (1993, citada em Pedro, 2003), nas leis de Portugal à época da colonização do Brasil, havia condenações às aborteiras. Os eclesiásticos tinham ordens para inquirir e punir práticas abortivas com penitências severas, que variavam de três a cinco anos. Os manuais dos confessores recomendavam ainda que as autoridades religiosas inquirissem as índias brasileiras sobre métodos abortivos.

### **1.3.2. No Brasil**

Pelos registros históricos, o costume de abortar era bastante comum no Brasil Colônia. Pedro (2003) descreve que, segundo descrições do viajante francês Debret, era muito freqüente a figura da vendedora de arruda – erva conhecida como abortiva – nas ruas das cidades do Brasil Colonial. A Igreja Católica, contudo, tratou de difundir uma campanha para divulgar os ideais da “santa mãezinha” (a serem seguidos pelas mulheres), a exigência de regulamentação das relações através do matrimônio, e a extinção de práticas abortivas e infanticidas. (Pedro, 2003).

Em quase toda a América Latina o aborto induzido é criminalizado, com exceção de Cuba, Porto Rico, Guiana e alguns outros países do Caribe (AGI, 1996). No Brasil, a proibição do aborto foi feita por meio das chamadas Ordenações e Código Penais. Já em 1830, na época imperial brasileira, o Código Criminal da época vedava o aborto, mas o

código republicano de 1890 foi ainda mais rigoroso, prevendo pena de um a cinco anos à mulher que praticava aborto voluntário. (Neckel et al, 2003).

A lei que vigora nos dias de hoje com respeito ao aborto induzido foi instituída no Código Penal de 1940, que o considera um crime contra a vida, similar ao homicídio comum, e determina que a interrupção da gravidez só pode ser feita licitamente por autorização judicial, em dois casos: a) não haver outro meio de salvar a vida da gestante, e b) em caso de gravidez resultante de estupro, precedido de consentimento da mulher ou, quando incapaz, de seu representante legal. Em situações diferentes, provocar um aborto pode conferir à mulher e ao profissional de saúde pena que varia de um a dez anos de prisão, de acordo com o caso.

Mesmo assim, o número de mulheres que realizam aborto de forma ilegal é considerado alto, com registros que ultrapassam a casa do milhão por ano, como já descrito na introdução deste trabalho.

Desde 1940, as leis apresentadas ao Congresso que pretendem flexibilizar a permissão ao aborto foram diversas. Consulta ao site do Senado Federal brasileiro e Câmara dos Deputados mostra que existem hoje, tramitando nas duas Casas, 35 proposições referentes ao aborto. Parte delas prioriza o direito da mulher sugerindo mudanças no Código Penal do País, tanto para abrir mais possibilidades ao abortamento (como no caso de anencefalia - ausência parcial ou total do cérebro), como para permitir de forma ampla a interrupção da gravidez com amparo do sistema público de saúde.

A outra parte das proposições legislativas considera outro ponto de vista: o direito à vida do feto. A maioria dos adeptos desta linha defende a manutenção do Código Penal como é hoje, e ainda, um maior estreitamento das ações que dizem respeito ao aborto induzido – isto incluiria proibir o aborto inclusive em caso de estupro e risco de morte para a mãe.

Por iniciativa do Executivo, o presente governo foi o primeiro a manifestar, por meio do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em 2004, apoio à descriminalização do aborto, ou pelo menos, apoio a um debate nacional amplo sobre o assunto. Essa postura governamental tem levado a discussão sobre o aborto voluntário ao plano midiático, fazendo deste um dos temas atuais mais controversos na esfera da Saúde Pública brasileira.

Para o presente estudo, esse fenômeno tem especial importância, porque considera-se que o debate público é influenciado e, ao mesmo tempo, influencia a constituição das representações e dos sentidos subjetivos que o tema aborto adquire no plano individual e coletivo, o que conforma o objeto principal da pesquisa ora apresentada.

#### **1.4. O Social na Psicologia e a abordagem histórico-cultural**

A Psicologia, tendo o experimentalismo e o naturalismo em sua origem como ciência independente, demorou a reconhecer-se como um campo de saber mais complexo e subjetivo. Os modelos científicos limitavam o impacto do meio social sobre o indivíduo, tomando-o apenas como um fator de contingência para o comportamento de resposta, ou como fator que definia a probabilidade de ações mensuráveis, controláveis e previsíveis. É a respeito dessa perspectiva teórica que afirma González Rey (2004):

Para essa psicologia experimental, e também para a psicologia behaviorista (...) a visão do externo poderia ser mais facilmente inserida em um tipo de ambientalismo do que em uma definição de cultura. A dimensão simbólica e cultural do social era totalmente ignorada por uma psicologia que se concentrava nos indivíduos como seres naturais e que via a realidade como conjuntos de eventos e estímulos objetivos. O resultado foi uma visão objetivista do meio e do próprio indivíduo. (p. 08)

Tal perspectiva naturalizadora do ser humano não era exclusiva do comportamentalismo. As abordagens cognitivas iniciais também eram influenciadas por um tipo de objetivismo herdado dos modelos quantitativos e positivistas. Mesmo a Psicanálise, inaugurada por Freud, a qual incorpora um tipo de complexidade psíquica à origem dos distúrbios mentais, representando uma revolução diante do modelo médico, também restringia o social.

Nesse caso, sua influência sobre o indivíduo estava mais circunscrita à dinâmica de conflito e integração de forças libidinais e vínculos afetivos centrados nas figuras materna e paterna. A ênfase, na teoria freudiana, está no funcionamento de um aparelho psíquico que se estrutura a partir da energia pulsional originada nas forças instintivas ligadas às necessidades infantis, especialmente de alimento. Desta forma, o social mais amplo poderia favorecer certos processos e influenciá-los, porém, não participava nem da constituição, nem da organização da psique. (González Rey, 2004).

González Rey (2004) também considera que a representação do social na teoria psicanalítica acaba por limitar a expressão diversa que constitui o espaço qualitativo existente no contexto social humano, o qual não deveria ser universalizado ou generalizado para todas as culturas e momentos históricos, como no caso do Complexo de Édipo.

Sobre as considerações de outras abordagens, como a humanista, por exemplo, também se pode dizer que diminuem a influência da complexidade do campo social sobre o indivíduo, pois ressaltam a perspectiva de auto-regulação do sujeito, enfatizando a capacidade consciente do homem e sua autonomia sobre os processos psíquicos. Na abordagem tomada para o presente estudo, no entanto, considera-se que o psíquico, devido à complexidade em que se configura, nunca será isento de processos inconscientes e invisíveis que repercutem a partir do campo social. (González Rey, 2004).

Na representação da subjetividade sob a ótica histórico-cultural, o sujeito é também considerado autônomo em vários momentos de vida em que reflete e significa. No entanto, essa autonomia nunca será absoluta em relação a todos os processos que vive. Isso não significa que a pessoa seja regida por forças externas a si de forma passiva, senão, que existem, além das ações conscientes e intencionais, outros sentidos menos clarificados para o sujeito.

As críticas ao tratamento do social em algumas abordagens de destaque histórico, não querem dizer, contudo, que o campo social tenha sido negligenciado em sua importância desde o início da psicologia. Havia sim, uma ausência, na transição dos séculos XIX e XX, de um arcabouço teórico estritamente psicológico que englobasse o campo social nas pesquisas científicas. A Sociologia era precursora nesse sentido, mas os fundadores da psicologia queriam algo que fosse exclusivo para consolidá-la como ciência independente (Farr, 2002). Foi por isso que, mesmo tendo se dedicado aos estudos do social, o próprio fundador da psicologia, Wilhelm Wundt, teve dificuldades em ver seus estudos nesse campo sendo incorporados à psicologia científica.

Segundo Robert Farr (2002), Wundt, considerado o fundador da psicologia experimental, escreveu dez volumes sobre psicologia social nos primeiros vinte anos do século XX. Entre seus objetos de estudo estavam a linguagem, a religião, os costumes, o mito, a magia e outros fenômenos que teriam vínculo com a interação entre as pessoas. Tais estudos levaram o cientista alemão a afirmar que não era possível estudar os “processos mentais mais profundos” de forma experimental. Porém, a geração mais jovem de experimentalistas rejeitou essa idéia, pois queriam que a psicologia em sua totalidade, e não só parcialmente, integrasse o ramo das ciências naturais. E, para isso, ela teria que ser estudada em todas as suas vertentes pelo método experimental (Farr, 2002).

Foi exatamente essa lógica de valorização do cientificismo que dividiu a psicologia social em duas correntes: a psicologia social psicológica e a sociológica (Farr, 2002). A primeira tinha um perfil mais cognitivista e social-comportamentalista, ocupando-se de processos observáveis do ponto de vista experimental, como as atitudes grupais, e a cognição social. Já a segunda, tinha um caráter mais dialógico e culturalista, porque se detinha mais à complexidade dos processos simbólicos.

Observa-se que, enquanto a psicologia social psicológica se expandiu em número de pesquisas até meados do século passado, dominando grande parte dos estudos acadêmicos nos EUA e na Europa, a psicologia social sociológica se expandia de forma mais lenta, encontrando maior número de representantes no Ocidente apenas depois da II Guerra Mundial.

No Oriente, Lev Vygotsky, da psicologia soviética, já falava havia algum tempo sobre a influência marcante e complexa do social na formação e no desenvolvimento dos processos mentais. No entanto, foi apenas depois de sua morte, em 1937, que seus pensamentos, ao serem difundidos pelo Ocidente, começaram a guiar novas perspectivas no campo da chamada psicologia social sociológica. (González Rey, 2004)

A visão do social em Vygotsky merece destaque, não só por ser um dos principais expoentes da abordagem histórico-cultural, mas também por serem pioneiras suas idéias na construção teórica da complexidade com que o social afeta as representações humanas.

Nesse sentido, González Rey (2004) ressalta que, apesar de ter elaborado uma obra irregular e contraditória, Vygotsky viu o impacto da cultura de forma mais abrangente e dialética que outros autores da mesma vertente, já que, em sua perspectiva, o social não é interiorizado de forma linear, mas sim, “constituído e configurado”. Tal compreensão repercute de forma relevante na maneira de se conceber o psíquico humano, pois pressupõe

uma atuação do sujeito no processo de assimilação do social, considerando a capacidade de produção simbólica da psique sobre seu entorno.

Essa forma de compreender o sujeito é meritória também por romper a visão de dependência completa da psique em relação ao ambiente social, como se suas manifestações fossem produto reflexo e imediato do meio, o que seria, como observa González Rey (2004), uma visão “reducionista e mecanicista” do pensamento histórico-cultural. Diferentemente, a psique está imersa no social, mas não completamente submetida ou subordinada a ele.

A partir dessas reflexões, que inspiram a visão do sistema psíquico como um conjunto complexo de significados e sentidos, os quais dialogam com o social num processo contraditório, bidirecional, e recíproco, inaugura-se uma nova perspectiva teórica relativa ao sujeito: a teoria da subjetividade.

### **1.5. A Teoria da Subjetividade de González Rey**

De forma a trazer clareza a um processo que se constitui complexo e dinâmico, González Rey (2003, 2004) busca, contrapondo-se a diversos referenciais teóricos mais difundidos, contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem histórico-cultural, com aspectos inovadores, os quais vêm se consolidando em sua Teoria da subjetividade.

Utilizando alguns conceitos inaugurados pela Psicologia russa, o autor cubano mostra que o individual, visto como entidade separada do todo mais abrangente da cultura e da sociedade, acaba por ser uma aproximação incompleta sobre o sujeito. Porém, acredita que as perspectivas que apontam para a preponderância do social sobre o indivíduo também acabam por se revelar inconsistentes para a consideração do ser humano de forma mais ampla.

A base de seu pensamento (González Rey, 2005b) relaciona-se com a valorização da expressão singular do sujeito, pois acredita em seu caráter único, ainda que esteja inserido

num contexto de construção coletiva. Tal pensamento levou o autor a desenvolver algumas categorias de análise para maior compreensão de sua teoria – duas delas são essenciais para a formulação dessa pesquisa: as de sujeito e de subjetividade.

O sujeito é um dos conceitos importantes da Teoria da subjetividade. Em sua abordagem, González Rey (2003) contesta a idéia de morte do sujeito, termo criado por escritores pós-estruturalistas franceses como reação a uma filosofia centrada unicamente nos aspectos individuais. O autor também o diferencia do sujeito ligado ao princípio cartesiano, que o concebe como um indivíduo puramente racional e intencionalmente definido, sobreposto a qualquer ordem externa. (González Rey, 2003)

Assim, a categoria de sujeito estaria marcada pela dinâmica recíproca entre o singular e o coletivo:

A idéia do sujeito recupera o caráter dialético e complexo do homem, de um homem que de forma simultânea representa uma singularidade e um ser social, relação esta que não é uma relação de determinação externa, mas uma relação recursiva em que cada um está simultaneamente implicado na configuração plurideterminada dentro da qual se manifesta a ação do outro. (González Rey, 2003, p. 224)

A categoria subjetividade, intimamente ligada à de sujeito, é, segundo aponta González Rey, uma proposta de representação da *psique*, inspirada no pensamento de Vygotsky, que apresentou o psíquico sempre como um sistema em construção. Inicialmente, o autor russo deu o nome de “vivência” (significando a experiência infantil) à unidade constitutiva do desenvolvimento. Depois, nomeou como “significado” a célula da consciência. Quando falou no “sentido” como elemento de formação da *psique*, no entanto, faltou-lhe



caracterizar um sistema para o conjunto dessas unidades constitutivas (González Rey, 2005b). Subjetividade, portanto, foi o termo encontrado para representar a complexidade dos sentidos formadores do que se chama de unidade psíquica.

A maneira como se conforma a subjetividade para González Rey é extremamente interessante, porque consideramos que seja a que mais se aproxima de nossa vivência tão complexa de humanidade. Ela se constituiria pelas configurações de sentido, um processo que ocorre a cada momento, na ação, na reação, no pensamento, na emocionalidade do sujeito, toda vez que se depara com algo relacionado a sua história e a seu contexto atual em diversas áreas de vida.

Para González Rey (2005b), a relação entre o atual e o histórico na produção de sentido é um dos elementos que se destacam na análise da subjetividade, porém qualquer construção que faça o pesquisador *a priori* estaria equivocada, já que essa relação não é direta. As manifestações atuais podem estar ligadas à história do indivíduo, mas é desconhecido o tipo de configuração que será conformada.

Para ter acesso a tais relações ou sentidos configurados, podem-se estudar os elementos que dão forma ao que González Rey chamou, em 1997, de “zonas de sentido” (González Rey, 2005a). Essa expressão, segundo o autor, define um “espaço de inteligibilidade” que se produz na pesquisa científica, com a função de articular e sistematizar as informações fornecidas pelos participantes.

Os elementos que conformam as zonas de sentido podem ser captados por meio de conversas e recursos escritos de pesquisa, pois não são vistos diretamente. Eles vão servir à construção dos chamados “núcleos de subjetivação”, de caráter mais específico. Apesar de se assemelharem aos sentidos subjetivos, os núcleos constituem uma forma mais detalhada e

apurada de capturar a informação. Eles são montados através de indicadores trazidos pelo indivíduo em todo o material de análise.

É impossível captar todos os núcleos de subjetivação ou tentar definir completamente os sentidos subjetivos, pois todo esse processo é absolutamente vasto e dinâmico. Porém, mesmo o conhecimento parcial desses espaços de inteligibilidade acaba por se mostrar extremamente útil para compreender o indivíduo, já que não se trata de prever sua ação, mas sim de conhecê-la em sua singularidade.

Observar a forma única que um sujeito encontrou e encontra para lidar com uma situação específica, ainda que pareça um saber limitado, significa a possibilidade de conhecer como se conformam os sentidos subjetivos de outras pessoas. Isso não constitui uma tentativa de generalização. Antes, significa aceitar a complexidade humana e buscar um processo de saber científico que perceba esse *todo* complexo de forma mais integrada e legítima.

O caráter, portanto, da categoria subjetividade é extremamente dinâmico e processual, mas não completamente instável, porque as configurações subjetivas estão associadas a uma produção de sentidos subjetivos que inclui os antecedentes de ação do sujeito, o que, apesar de pressionar a produção de sentidos de novas ações, não permite a interrupção na processualidade das experiências. (González Rey, 2004, 2005)

Essa recursividade e fluidez constantes na configuração subjetiva conformam uma nova forma de conceber a *psique*, que leva em conta a dinamicidade e a interação dos espaços de representação e significação. Nesse sentido, a Teoria da subjetividade destaca-se por romper com as dicotomias passado/presente, social/individual, interno/externo, causa/efeito, que limitaram o estudo da Psicologia, deixando de considerar aspectos fundamentais da constituição subjetiva – a bidirecionalidade e reciprocidade nos processos que permitem conhecer o psíquico.

Num contexto tão amplo, em que as dicotomias se desfazem, muitas vezes é difícil estabelecer a diferença entre a subjetividade social e a individual. González Rey (2004) explica que o ponto limítrofe entre essas duas representações é que, na segunda, existe o histórico pessoal do sujeito, impossível de se repetir, já que cada pessoa passa pela experiência social de maneira única, com uma especificidade em seus processos de ver, sentir, reagir, que não se repetirão a outro indivíduo, mesmo que tenham partilhado espaços culturais e sociais coincidentes. Portanto, “a subjetividade individual permite a produção de posições específicas, singulares, diante dos diferentes espaços da subjetividade social” (González Rey, 2004, p. 145).

Na instância da subjetividade social pode-se conceber a complexidade e o compartilhamento de vários espaços sociais que interagem de forma sistêmica. Segundo González Rey (2004), essa categoria tenta “superar a forma fragmentada e isolada com que a psicologia tratava alguns desses espaços, sem considerar a sua integração necessária dentro de processos e formas de organização mais holísticas e que abrangessem a sociedade como um todo”.

Uma maneira de entender a subjetividade social está orientada à observação das maneiras como um grupo inteiro se comporta numa sociedade. Na questão do aborto, por exemplo, vamos encontrar uma maneira geral de reagir e pensar na questão que é totalmente diferente na China e no Brasil, ou América Latina – esse é um caráter da subjetividade social. Portanto, as formas como se organizam as instituições, as comunidades e os comportamentos coletivos podem denotar um sentido subjetivo do grupo. Contudo, esse sentido não exclui as subjetividades individuais - essas continuam a existir, ainda que o seu entorno estabeleça uma forma diferente de conduta grupal. O espaço compartilhado não é independente das transformações que ocorrem em nível micro e esse nível também é influenciado pelas mudanças mais amplas na sociedade.

É devido a um sentido subjetivo social que uma lei anti-aborto passa a fazer parte de um código penal. Em 1890, em um ambiente conservador, o aborto já era vedado no Brasil, continuando até 1940, data do código penal vigente. O código continua a proibi-lo, mas pode-se ver claramente uma mudança na subjetividade social em relação ao tema – as revistas veiculam matérias, artistas e anônimos declaram na mídia já terem feito aborto, grupos femininos protestam contra a lei abertamente. Uma curiosidade a esse respeito é que há inclusive um grupo católico chamado: “Católicas, pelo direito de decidir”, que se destaca da visão geral da própria Igreja a que pertence. É um exemplo de subjetividade social. Nesse sentido é que González Rey (2004) afirma que “cada época vai gerando novas formas de expressão da subjetividade social em todas as esferas da vida”.

O autor também diz que a melhor forma de compreender essas duas modalidades de subjetividade é compreendê-las como dois momentos de uma mesma dinâmica:

Os processos de subjetivação individual estão sempre articulados com os sistemas de relações sociais; portanto, têm um momento de expressão no nível individual, e um outro no nível social, ambos gerando conseqüências diferentes, que se integram em dois sistemas da própria tensão recíproca em que coexistem, que são a subjetividade social e a individual. A subjetividade social não é uma abstração, é o resultado de processos de significação e sentido que caracterizam todos os cenários de constituição da vida social, e que delimitam e sustentam os espaços sociais em que vivem os indivíduos, por meio da própria perpetuação dos significados e sentidos que os caracterizam dentro do sistema de relações em que eles atuam e se desenvolvem. (González Rey, 2003, p. 205).

### **1.5.1. O sentido subjetivo e a configuração subjetiva**

As subjetividades, sejam sociais ou individuais, podem ser compreendidas através de uma aproximação sobre o chamado sentido subjetivo, e as formas como se configuram.

O sentido subjetivo surge fundamentalmente na obra de vygotsky, embora, segundo González Rey (2004), o autor russo não tenha chegado a desenvolver detalhadamente tal categoria em seu trabalho. Assim mesmo, o que escreveu constituiu as bases de uma nova perspectiva teórica, dentre as quais, como já foi dito anteriormente, está a teoria da subjetividade de González Rey.

O sentido em Vygotsky situou-se na fala, mas isso não quer dizer que essa categoria está localizada no significado da palavra, nem que não se pode identificá-la em outras formas de expressão da subjetividade. Para González Rey (2004), o que Vygotsky quis dizer é que o sentido constitui “uma organização de aspectos psicológicos que emergem na consciência” diante da expressão de uma palavra, porém, não apenas no uso desse tipo de linguagem.

Assim, a categoria de sentido acaba por apoiar uma representação da subjetividade que, conforme González Rey (2004) explica:

(...) permite entender a *psique* não como uma resposta, nem como um reflexo do objetivo, e sim como uma produção de um sujeito que se organiza unicamente em suas condições de vida social, mas que não é um efeito linear de nenhuma dessas condições. Os processos de produção de sentido expressam a capacidade da psique humana para produzir expressões singulares em situações aparentemente semelhantes. (p. 53)

Nessa perspectiva, o sentido não seria o resultado direto de algo que se situa fora do indivíduo, mas ocorre num nível psíquico, dentro do qual o externo é uma possibilidade geradora de sentido. É uma visão diferente do social sobre a *psique*, que considera o sentido subjetivo como inseparável dos processos simbólicos e emoções, sendo cada elemento evocado pela presença dos outros, configurando um mesmo sistema. Essa seria uma definição ontológica diferenciada, que nos leva à compreensão da *psique* como produção cultural. (González Rey, 2003)

Por essa razão, o sentido subjetivo pode ser visto com uma unidade constitutiva da *psique*:

A categoria de sentido, como aparece na obra de Vygotsky, representa uma unidade constitutiva da subjetividade, capaz de expressar processos complexos de subjetivação naquilo que têm de dinâmico, irregular e contraditório. A categoria de sentido faz parte da qualidade do psíquico e rompe a lógica dicotômica que caracterizou a produção do conhecimento psicológico. A definição de sentido nos permite ultrapassar as dicotomias consciente-inconsciente, individual-social, afetivo-cognitivo, intra-inter, etc., pois o sentido se produz de forma simultânea na integração dessas dimensões. (González Rey, 2004, p. 51)

A integração dos elementos de sentido que surgem a partir do desenvolvimento da atividade em diferentes áreas de vida conforma o que González Rey denomina *configuração subjetiva*. Esta seria a forma como interagem diversos elementos carregados de sentido, provenientes das experiências individuais e sociais do indivíduo.

De forma mais detalhada, a configuração de sentido se processaria, segundo González Rey (2004), da seguinte forma: quando o sujeito se defronta com uma experiência social concreta - que pode ser um simples olhar, uma resposta, ou uma situação que observa, esse encontro faz com que ele a vivencie e a represente num nível consciente, ao mesmo tempo em que outros elementos de sua experiência se associam a ela. Alguns desses fatores são, portanto, conscientes ao sujeito, e carregam ou não um sentido. No entanto, o indivíduo pode experimentar emoções que não consegue entender racionalmente. Essas expressões de sentido – racionais ou inconscientes – vão conformar uma unidade que abarca a história do indivíduo e o contexto social da experiência, o que provocará diferentes tipos de expressão do sujeito diante da situação.

Nessas condições, o comportamento do indivíduo, para González Rey (2004), “representa um processo de produção de sentidos que, definido dentro de um sistema de sentidos, atua sobre ele, produzindo novos sentidos. Os recursos psicológicos que se expressam nesses comportamentos dependerão não só do sentido da situação, mas também do repertório do sujeito”.

Desta forma, a categoria de sentido aparece como fonte essencial do processo de subjetivação, constituindo um elo de integração entre o histórico e o atual na configuração da *psique* - característica que insere a subjetividade na perspectiva histórico-cultural do saber científico.

### **1.5.2. Sentido subjetivo e emocionalidade**

Como explicado anteriormente, o sentido é produzido pela experiência de cada um e não se produz como realidade objetiva fora de nós. A cultura não permite reduzir o fenômeno humano a uma padronização homogeneizada.

Um dos motivos que faz do aborto induzido um fenômeno complexo é a presença de um elemento que está envolvido em todos os sentidos subjetivos: as emoções do sujeito frente às representações de uma situação concreta. É esse fator que explica por que os indivíduos podem compartilhar os mesmos sentidos e, ainda assim, atribuírem valores distintos às suas experiências.

É por isso que resistimos, na abordagem histórico-cultural, a supor que a interrupção da gravidez esteja necessariamente ligada à rejeição da criança, ou que reflita uma falta de identificação com o filho e com o papel materno, ou ainda que seja fruto de um relacionamento mal resolvido da mulher com a própria mãe – aceções que, atribuídas de antemão, consolidam uma abordagem determinista e fechada, que reflete interpretações simplistas advindas do mau uso das linhas psicodinâmicas tradicionais da Psicologia. Tais interpretações são até possíveis de serem admitidas, porém, na nossa perspectiva teórica, estarão inseridas na configuração de um conjunto muito mais amplo de sentidos subjetivos.

#### **1.6. A Teoria das Representações Sociais**

Um dos conceitos mais difundidos em psicologia social é o de “Representação Social”, desenvolvido por Serge Moscovici na França, em seu estudo sobre a imagem social da Psicanálise - “A Psicanálise, sua imagem e seu público” - em 1961.

Farr (2002) atribui a ele a característica de haver participado de um segundo tipo de psicologia social, de caráter mais sociológico do que propriamente psicológico como seriam seus representantes americanos, os quais se preocuparam mais com os estudos de cognição social, através da chamada psicologia social científica.

Apesar de nunca ter definido formalmente o termo, Moscovici inaugura a idéia de que as pessoas utilizam o referencial coletivo a fim de elaborar conceitos próprios. Ele também



buscava explorar como tais conceitos tidos como estritamente individuais estavam, em realidade, carregados de uma concepção assimilada pelo conjunto da sociedade. Estas seriam chamadas representações sociais – termo que explicaria essa visão coletiva sobre algum assunto, instituição, objeto, etc.

Para Moscovici (2003), as representações sociais teriam basicamente três funções: a) criar imagens, construir sentenças que vão tanto revelar, quanto ocultar intenções de grupos ou pessoa; b) solucionar tensões psíquicas ou emocionais, por falta de integração social, com objetivo de restaurar um grau de estabilidade interna aos indivíduos; c) filtrar a informação do meio ambiente e, dessa maneira, controlar o comportamento individual.

Na mesma direção, Denise Jodelet (2001) explica a importância das representações sociais: ajudam-nos a estar informados sobre o mundo à nossa volta, para que nos ajustemos a ele, para que saibamos como nos comportar, para dominá-lo física ou intelectualmente, para identificar e resolver os problemas que se apresentam. A autora, no entanto, complementa a conceituação:

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou idéias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas no guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e,

eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva.

(Jodelet, 2001, p. 17)

A categoria de análise das representações sociais é, portanto, uma instância de diálogo com a teoria da subjetividade, já que compõem fonte para se investigar as produções de sentido na sociedade. Porém, elas devem ser entendidas como “formações psíquicas subjetivamente constituídas” (González Rey, 2003), já que o próprio Moscovici diz que o conhecimento não é condicionado pela sociedade, mas constituído por ela.

Para González Rey (2003), a subjetividade social, a individual e o sujeito apresentam-se como momentos constitutivos do desenvolvimento das representações sociais, sendo equivocadas certas utilizações do termo que dão a entender que as instâncias “sujeito e sociedade” estariam dicotomizadas.

O equívoco estaria na compreensão de que o sujeito colheria as informações e as referências do social, estando relativamente separado dele, o que leva à visão de que há um indivíduo, o qual, desde seu espaço, observa um mundo – fora de si – e dele se utiliza para formar suas idéias. González Rey explica que talvez o erro se relacione ao fato de que não ficou explícito, na teoria de Moscovici, que a representação do coletivo está constituída pela representação dos indivíduos a todo instante.

Ainda a esse respeito, González Rey (2003) observa que pode até existir momentos em que o indivíduo se subordina a esse *todo* representacional, porém, há uma recursividade permanente entre os espaços subjetivos dos indivíduos e o entorno mais amplo caracterizado pelas representações sociais:

Em cada momento social de gênese de uma representação, aparece um conjunto de sujeitos individuais, cujas criações, contradições e ações são centrais na construção do núcleo figurativo de um sistema representacional ao qual ficam subordinados por múltiplos mecanismos de caráter social, depois que a representação se apropria do espaço social em que foi engendrada. (p. 135)

Daí a crítica tecida por González Rey (2003) à categoria das representações sociais. Segundo ele, Moscovici nunca se preocupou com o desenvolvimento do tema do sujeito individual dentro da teoria, embora tenha buscado evitar que o termo se convertesse em uma espécie de “entidade estática pré-configurada”, e tenha se preocupado com o estudo das minorias como expressão de um processo de singularização dentro do tecido social.

Apesar da concordância com essa visão crítica, considera-se que a teoria das representações poderá ser útil como uma unidade teórica de inteligibilidade para tratar o processo de assimilação dos sentidos subjetivos sociais em relação ao aborto induzido e também como instância para observar os sentidos individuais sobre a questão.

O conceito de representação social se diferencia do conceito de subjetividade social porque a segunda se constitui através dos sentidos subjetivos, marcados pela emocionalidade do sujeito, tendo ao mesmo tempo, características coletivas compartilhadas e padrões singulares da história individual.

Outra diferenciação é que a subjetividade social estaria mais oculta à sociedade, enquanto as representações sociais estão mais aparentes. González Rey (2003) trata dessa diferença quando expressa que:

A especificidade do conceito de subjetividade social é gerar visibilidade sobre as complexas e ocultas inter-relações das diferentes instituições e processos subjetivos da sociedade, por detrás das quais estão as relações de poder, as formas de organização sócio-econômica, as diferenças sociais, a organização dos processos de marginalização, os códigos jurídicos, os critérios de propriedades, etc. (p. 131)

A importância de utilização da teoria das representações sociais está em que essa categoria é um dos fenômenos sociais que mais se inter-relacionam com outras manifestações sociais - mitos, formas habituais de pensamento, códigos morais das instituições, códigos emocionais de relação, organização social dos repertórios de respostas, linguagem, discursos, comportamentos institucionalizados – constituindo, como já foi dito, a configuração da subjetividade social. (González Rey, 2003)

A hipótese é a de que o material construído a partir das informações dos sujeitos nesta pesquisa estará permeado das representações advindas da mídia, dos diálogos sociais interessando-nos saber como estas acabam confluindo com a subjetividade social e individual.

Essas duas instâncias de análise vão nos permitir captar o sentido subjetivo, as representações pessoais, configuradas ou conformadas a partir da história social e pessoal dos sujeitos. Esses, por sua vez, apresentarão diferenças na forma de configurar o sentido, por mais que sua idéia seja semelhante à de outro sujeito.

Definir o caráter subjetivo das representações sociais é necessário para que separemos essa categoria da tendência construcionista de vê-la apenas como entidade que se revela no sistema lingüístico e discursivo, o que significaria que ela é um reflexo do que é representado. (González Rey, 2003).

A esse respeito, escreve o autor:

O fato de assumir o caráter subjetivo das RS (representações sociais) não nega, mas sim reafirma, seus compromissos com a realidade social, só que esta realidade social se expressa nas RS de forma subjetiva, não como reflexo do representado, que seria onde estaria dirigida a crítica às representações sociais a partir do construcionismo social. (...) A representação social não é um reflexo, é uma formação de sentido que se expressa em nível simbólico, e que se faz explícita em formas do real organizadas socialmente, que são uma expressão complexa do tecido social dentro do qual são produzidas. (p. 130)

Outro aspecto que González Rey (2003) considera em relação às representações sociais e suas configurações subjetivas é que, embora se reconheça uma estabilidade dos fenômenos representacionais mais institucionalizados, elas variam segundo o momento histórico, a sociedade, o estrato social e cultural de uma mesma sociedade. Para se estudar essas variações, importam os sentidos de cada sujeito, para quem esses temas se expressam de forma diferente e singular, podendo representar os momentos de cisão da subjetividade social, a partir dos quais as mudanças históricas ocorrerão. (González Rey, 2003)

Assim, as representações sociais do aborto induzido, da gravidez, ou da maternidade, apesar de mais estáveis, estão sempre configurando sentidos subjetivos passíveis de se modificar, sendo seus elementos de origem muito diversa. Nesse aspecto, acredita-se que a sociedade brasileira encontra-se num momento em que as cisões da subjetividade social em relação ao aborto estão se reconfigurando gradualmente, seja pelos movimentos de

emancipação femininos, seja pelas próprias práticas sociais clandestinas. Poderemos observar esse fenômeno no curso dessa pesquisa.

## **2. Fundamentos Metodológicos**

### **2.1. A epistemologia qualitativa**

Estudos que pretendem apurar a complexidade da dinâmica emocional - individual e coletiva - para a construção de um conhecimento, dificilmente encontram no método de pesquisa mais tradicional, de caráter quantitativo, uma análise satisfatória do fenômeno investigado. No caso de temas contraditórios, como o aborto induzido, pode-se dizer inclusive que, mesmo as pesquisas que têm finalidade puramente estatística e pragmática, sem a intenção de investigar os sujeitos em sua complexidade, correm o risco de não alcançarem dados verdadeiros.

Não se quer, com tal afirmação, desqualificar a validade ou necessidade de algumas pesquisas quantitativas, as quais se constituem úteis em diversas áreas do saber. A observação que se faz tem somente o objetivo de ressaltar que, quando se tratam determinados assuntos que implicam a emoção do sujeito e aspectos da moral constituída, os participantes podem oferecer informações falseadas por medo à reprovação social.

Para exemplificar tal afirmação, será interessante observar um trabalho estatístico realizado pelo Centro de Pesquisas das Doenças Materno-infantis de Campinas – São Paulo, com o objetivo de investigar a frequência e as condições em que mulheres de uma determinada região do estado fariam um aborto. O resumo da pesquisa diz:

Foram entrevistadas, em seus domicílios, 1.955 mulheres.

Utilizou-se um questionário estruturado e pré-testado. (...) Os resultados permitiram concluir que as mulheres tendem a omitir

a informação sobre a prática de aborto quando perguntadas diretamente sobre isso. Especialmente aquelas que o induzem por ingestão de substâncias parecem não reconhecer esse ato como sendo uma forma de interromper a gestação. (Osis, Hardy, Faúndes, et.al., 1996)

No estudo mencionado, os autores fizeram um teste prévio à entrevista das quase duas mil mulheres (um estudo por amostragem), a fim de averiguar a veracidade dos dados colhidos. Para isso, selecionaram algumas participantes que, por autorização prévia da instituição hospitalar, e com sigilo de suas identidades, estiveram internadas por complicações resultantes de aborto induzido. Os entrevistadores participantes da pesquisa foram designados a irem nos endereços das ex-pacientes, com a tarefa de entrevistarem todas as mulheres moradoras daqueles locais. Não sabiam, contudo, da experiência prévia das entrevistadas. Os estudiosos concluíram que apenas metade das mulheres que haviam provocado aborto assumiu a ação quando questionada diretamente. Outras mulheres nem sequer mencionaram ter tido algum aborto.

Tal estudo não foi considerado representativo quanto aos dados sobre o aborto, mas provou o quanto os métodos quantitativos são ineficazes para dimensionar questões que dizem respeito à subjetividade. Fica claro que não considerar o singular e o sentido subjetivo dos sujeitos analisados, numa questão tão repleta de emocionalidade e significados que repercutem subjetivamente, acaba por prejudicar qualquer tentativa de investigação social.

González Rey (2004) tece uma análise a esse respeito quando afirma:

Ainda temos que romper, na psicologia social, o preconceito positivista das amostras significativas como único meio de produzir afirmações sobre um processo social. Isso nos leva a

uma coletivização metodológica artificial, que termina reproduzindo por ordem indutiva aquilo que é estatisticamente significativo nas expressões dos sujeitos estudados (...). Foi por esse motivo que, em nossa definição da epistemologia qualitativa (1997), reivindicamos a importância do singular como fonte de produção do conhecimento. (p. 143)

Por concordar com essa afirmação, é que defendemos e adotamos a epistemologia qualitativa como forma mais adequada para esta pesquisa, pois constitui o que González Rey (2005a) classifica como “epistemologia da construção” – uma forma de conceber o conhecimento a partir de um processo construtivo-interpretativo sobre expressões diversas, considerando a complexidade do sujeito.

Nessa proposta investigativa, o olhar não se direciona objetivamente ao indivíduo ou a uma questão, já que o objeto de pesquisa nunca será estanque ou pré-consolidado. Contrariamente, a análise passará por uma construção, porque será resultado de um leque diverso de colocações, diálogos, e conversações travadas entre o pesquisador e os sujeitos participantes. (González Rey, 2004)

Outro aspecto importante reconhecido na epistemologia qualitativa é a consideração do pesquisador como um protagonista do processo, em conjunto com o sujeito pesquisado. Seu papel não pode ser descartado dos resultados obtidos, não só por ser o personagem que dá norte à pesquisa e constitui o processo intelectualmente por suas hipóteses teóricas, mas também porque influencia a participação dos outros sujeitos, sem que isso invalide o processo e o conhecimento construído.

Reconhecer essa influência do pesquisador não significa admitir um direcionamento na expressão do investigado, e sim, aceitar que a relação e o vínculo estabelecidos com este



vai produzir um sentido em sua participação, o qual facilitará ou prejudicará o processo contrutivo-interpretativo da pesquisa.

Nesse sentido, nota-se a importância atribuída, na epistemologia qualitativa, à comunicação pesquisador-pesquisado. Segundo González Rey (2002), é a interação que propiciará o valor e a qualidade da informação colhida, e esses atributos só estarão presentes se houver um bom grau de envolvimento e vínculo estabelecidos entre os participantes (aí incluído o pesquisador). Por isso é que, na perspectiva qualitativa, não devem existir estratégias e instrumentos rígidos no curso da investigação. Esses são processos também construídos ao longo do trabalho.

Esse modelo de pesquisa é muitas vezes criticado, sob a ótica de alguns pressupostos da tradição positivista do saber científico, que não reconhecem como válida essa aproximação epistemológica, que pouco se ocupa em verificar correspondências objetivas com o real. Por esse motivo, é importante considerar que o critério de validade – central para a tradição experimental - constitui uma via limitada para o saber científico qualitativo, que melhor se define por sua “viabilidade” e “legitimidade”. (González Rey, 2003, 2005b)

González Rey (2002) diz, a esse respeito, que:

O conhecimento não se legitima por sua correspondência isomórfica e linear com uma realidade externa a ele; se assim fosse, não poderia expressar construções e se reduziria a conceitos descritivos possíveis de serem definidos de forma direta na realidade imediata (...). A legitimidade do conhecimento se dá quando uma teoria pode avançar na construção teórica do que estuda, conservando sua continuidade e congruência. Entendemos por continuidade a capacidade da

teoria para integrar em seus termos atuais novas áreas de sentido sobre o estudado, e, como congruência, a possibilidade de enfrentar momentos de ruptura conservando sua integridade como teoria, isto é, sua capacidade para assimilar construções novas sem perder sua integridade. (p. 134)

Tais construções são uma qualidade do sistema que enfatiza o qualitativo na pesquisa, porque se direciona a um campo aberto de possibilidades e não à adequação dos resultados a formulações ou hipóteses teóricas prévias. Opostamente, novas perspectivas são constituídas.

## **2.2. Aproximação do objeto de análise, uma licença para o “EU”**

Há 16 anos, época em que cursava o chamado Segundo Grau, um professor da extinta disciplina O.S.P.B. (Organização Social e Política Brasileira) promoveu um debate em sala de aula. Escolheu um tema polêmico - *O aborto*, e pediu que dois alunos se voluntariassem a ir à frente: um, para contestar a prática do aborto, e outro, para defendê-la. Uma aluna logo se prontificou a colocar-se em oposição a tal prática. Conseguir um segundo debatedor que defendesse o aborto foi mais difícil. Argumentando o aspecto positivo do contraditório, o professor tentava convencer algum outro estudante a fazê-lo. Na época, eu não tinha muita certeza do meu pensamento a respeito, mas imbuí-me de um espírito transgressor para defender o direito à interrupção voluntária da gravidez diante dos colegas. A turma poderia se manifestar em favor de um e outro lado, durante a discussão.

Em meu turno, mostrei meus argumentos, negando as religiões, criando situações hipotéticas que justificassem o aborto. Ninguém se uniu a mim no debate, pelo menos, não de forma explícita. Contrariamente, vários ficavam perguntando a mim como eu podia defender tal prática, já que “um feto é uma vida”, e “um ato contra a vida é um crime, uma violação”, etc. Ao fim, a minha sensação era a de ser uma criminosa. Depois da aula, fora da

classe, um dos meus companheiros de turma perguntou-me se eu teria coragem de fazer um aborto, em tom recriminatório. Eu disse que não. Depois, perguntei-me como poderia dizer que não, se eu havia defendido a possibilidade de se fazer o aborto?

Esse dia foi para mim marcante, porque, mesmo sem estar vivenciando concretamente a situação de ter que decidir por um aborto, eu senti a complexidade que pode estar envolvida em um momento como esse. Vi minha certeza racional e conceitual esvaír-se numa teia emocional, que era influenciada não só pelos olhares e julgamentos externos, mas pelo meu próprio olhar - eu que defendi o direito ao aborto, “não o faria”. Seria isso uma verdade interna, ou foi uma resposta pronta para fugir à censura do meu colega?

Hoje, com o dobro da idade que tinha neste episódio, observo mais claramente que a visão social – individual e coletiva - sobre o tema “aborto” tem implicações muito mais amplas do que eu podia imaginar quando adolescente. Ela influencia não apenas a decisão da mulher, num nível micro, e o Código Penal, em nível macro, mas também: os índices de mortalidade feminina, a saúde reprodutiva das mulheres, as práticas médicas, o bem-estar emocional e físico de uma parcela significativa da população brasileira.

Essa questão pessoal é a base que constitui o problema dessa pesquisa: observar como se constituem os sentidos subjetivos em relação ao aborto provocado. O que pode estar em jogo, que áreas de vida se relacionam à ação, enfim, quais os sentimentos, representações e significados envolvidos no processo de decisão de se interromper a gravidez?

Espero que a investigação proposta possa contribuir para a compreensão desses “olhares” sobre si e sobre o outro, no aprofundamento das visões subjetivas sobre o aborto, que tanto podem repercutir no bem-estar psíquico ou nas práticas de saúde de um país.

### **2.3. Objetivos**

Pretende-se, com esta pesquisa, construir, a partir de uma abordagem epistemológica qualitativa, zonas de sentido e núcleos de subjetivação possíveis em relação ao aborto induzido. Para isso, vamos refletir sobre a configuração dos sentidos subjetivos que o tema assume para quatro mulheres pesquisadas.

Também constitui objetivo dessa pesquisa criar um espaço de análise e crítica sobre as proibições relacionadas ao tema, acreditando que abordá-lo significa estimular o debate em relação ao assunto, o que poderá ser positivo para lançar luz sobre os tabus e as conclusões simplistas a ele dirigidos.

### **2.4. A escolha dos sujeitos**

Antes de iniciar a parte empírica da pesquisa, pensávamos que o melhor a fazer seria buscar mulheres que já houvessem tido a experiência do aborto provocado, a fim de obter informações mais representativas sobre a emocionalidade e os sentidos envolvidos. O primeiro obstáculo encontrado foi justamente saber como poderia encontrar mulheres que já houvessem feito aborto que se propusessem a admiti-lo para uma pessoa desconhecida.

Primeiramente, pensamos em buscar no sistema de saúde casos resultantes de abortos mal-sucedidos. Porém, além de encontrar dificuldades para aprovação do projeto nos órgãos públicos competentes, concluímos que seria muito difícil, no pouco tempo que dispúnhamos para levar a cabo os procedimentos práticos, travar um tipo de vínculo com essas mulheres num ambiente hospitalar em que o pesquisador configuraria como visitante.

Depois, também havia o problema de iniciar um diálogo com pessoas desconhecidas sobre um tema tabu, num momento em que a mulher, muito provavelmente, estaria bastante vulnerável no processo: internada em ambiente hospitalar, com medo de ser identificada como

criminosa. O ideal seria que já transitássemos no ambiente da paciente desde sua chegada à instituição de saúde.

Diante desse limite, decidimos buscar pessoas conhecidas, com quem já houvesse um tipo de aproximação e, conversando a respeito do tema, decidimos incluir não só mulheres que já passaram por um aborto induzido, mas também aquelas que não passaram pela experiência. Essa decisão foi tomada porque acreditamos ser mais interessante apresentar não apenas os sentidos subjetivos que levam à prática do aborto, mas também investigar os sentidos subjetivos de pessoas que não o admitem, porque suas representações poderiam nos ajudar a entender como se configura o sentido subjetivo de quem vê o aborto como algo criminoso. Vimos o contraponto como relevante para a pesquisa.

Assim, foram selecionadas quatro mulheres como sujeitos: duas que houvessem abortado e duas que não tivessem passado por essa experiência. A escolha dos sujeitos do primeiro grupo foi levada pelo conhecimento prévio da pesquisadora de que essas mulheres já tinham feito aborto. Para o segundo grupo, o critério de seleção, além do vínculo de intimidade, foi o fato de serem marcadamente religiosas.

A situação de já conhecer as participantes pode levantar um questionamento sobre a tendência à pré-concepção a respeito de um e outro sentido subjetivo durante o processo de construção das informações. É inegável que a identificação de alguns indicadores serão permeados pelo fato de conhecê-las, porém, acreditamos ser isso mais um facilitador do que um impedimento ao processo construtivo-interpretativo. De qualquer forma, procuramos nos pautar pelo que aparecia nos diálogos e completamento de frases, que revelou-nos aspectos novos de configuração de sentidos impensados previamente.

Esclarecemos, portanto, que concentramo-nos no que aparecia de maneira espontânea nos diálogos, direta ou indiretamente, bem como no completamento de frases, lembrando que

o vínculo do pesquisador com o pesquisado, como bem diz González Rey (2002), facilita o diálogo, e o bem-estar emocional dos sujeitos participantes, o que influencia positivamente a qualidade da informação produzida.

## **2.5. Instrumentos**

Por assumir a pesquisa qualitativa como o melhor e mais eficiente meio de análise dos sentidos subjetivos a respeito de um tema, é preciso adotar um tipo de organização da informação que se diferencia dos métodos tradicionais de investigação.

Nessa metodologia, os instrumentos representam mais um “momento de pesquisa” (González Rey, 2002) para captar a processualidade dos sujeitos, do que propriamente uma maneira rígida de conformar o conhecimento. Além disso, trata-se aqui de um processo construtivo-interpretativo, que se constitui de propostas instrumentais mais abertas.

Uma delas se estabelece pelo que González Rey (2005a) intitula “sistemas conversacionais”, que “permitem ao pesquisador deslocar-se do lugar central das perguntas para integrar-se em uma dinâmica de conversação que toma diversas formas, e que é responsável pela produção de um tecido de informação o qual implique, com naturalidade e autenticidade, os participantes”.

Assim, foram constituídas quatro fases instrumentais: (a) conversação informal individual; (b) conversação gravada individual; (c) aplicação do instrumento de completamento de frases; e (d) conversação em grupo.

Os diálogos e conversações, tanto com o pesquisador isoladamente, quanto em grupo, foram indutores que facilitaram a diversidade de expressão das mulheres participantes. Tal forma de dispor a prática da pesquisa mostrou-se muito interessante para se observar a

manifestação dos sujeitos em momentos diferentes, o que permitiu a construção de indicadores que forneceram maior riqueza na análise final dos sentidos subjetivos.

Também o instrumento escrito, um tipo de teste projetivo constituído de pequenas frases a serem completadas, fez-se importante, no sentido de indicar as configurações e representações de áreas diferentes da vida do sujeito. Segundo González Rey (2005a) o completamento de frases “é uma rica fonte de indicadores e seu valor como instrumento está na possibilidade de elaborar um sistema de hipóteses que se integram e marcam o curso da produção de informação”.

É importante assinalar ainda que todo o material colhido, tanto escrito, quanto falado, não assume valor pelo conteúdo explícito, mas sim pelos elementos “invisíveis” que podem estar relacionados aos sentidos aparentes. Por isso, o resultado que se pode colher constituem apenas indicadores das configurações subjetivas das mulheres estudadas e não verdades absolutas.

Em relação aos indicadores, González Rey (2005b) afirma que:

A produção dos elementos, que fornecem pistas para a construção dos sentidos dentro de um tecido de informação, é o que definimos como indicadores. Um indicador é uma unidade de significação construída pelo pesquisador, a qual está acima da informação disponível e sobre a qual se pode elaborar uma hipótese que permita dar seguimento a um eixo de significação no processo de construção teórica. (p. 48)

A construção do conhecimento colocado dessa forma - com momentos de conversação individual e em grupo, e completamento de frases - caracteriza uma via de acesso muito

interessante e eficaz para identificar os sentidos e as representações do sujeito, categorias que cumprem dupla função: para o pesquisador, ajuda a aprofundar suas análises e ampliar o campo individual e coletivo de conhecimento, e para o próprio sujeito, permite-lhe reformular, ou consolidar seus sentidos, através dos confrontos com visões próprias sobre as quais nunca havia pensado e também com visões distintas das suas, trazidas pelos outros sujeitos participantes e pelo pesquisador.

## **2.6. Procedimentos**

A primeira etapa do processo empírico foi uma conversa informal com as mulheres escolhidas, sem gravação do diálogo. Num segundo momento, utilizamos gravador e falamos de forma específica sobre o tema da pesquisa, individualmente. Em outra ocasião, encontramos-nos para que elas pudessem realizar o instrumento escrito de complemento de frases, para, alguns dias depois, reunirmo-nos em grupo, com o objetivo de discutir e trocar experiências sobre o tema do aborto provocado de forma mais ampla.

Na primeira conversa com cada uma das quatro participantes, foram explicados os objetivos gerais do estudo, sendo abordadas questões como a participação na pesquisa, a abordagem mais ampla da teoria utilizada, e os métodos de trabalho, bem como a ordem de aplicação dos instrumentos. Esses esclarecimentos foram importantes, porque, ao saberem que era uma investigação de caráter psicológico, elas manifestaram alguns receios de estarem sendo observadas e interpretadas, como se fossem pacientes em análise. Assim, foi explicado que a intenção não era julgar nenhum comportamento, mas obter suas opiniões autênticas a respeito dos temas que abordaríamos.

Num segundo momento, além de falarmos mais especificamente sobre o aborto, conversou-se individualmente com as participantes a respeito do fato de nos conhecermos, e sobre como isso impactaria tanto a pesquisa como as emoções da participante. Dialogamos



sobre a liberdade que elas acreditavam ter para se expressar em todo o processo sobre suas crenças e experiências. Aqui, pudemos falar mais sobre o aborto, seus significados, como era visto pela participante, etc. Esse momento teve registro de voz, que permitiu a transcrição posterior da conversa. Ao final era assinado um termo de compromisso ético com o sigilo das informações, juntamente com o consentimento livre e esclarecido na pesquisa.

Um aspecto comum no depoimento de todas as participantes foi a manifestação espontânea de comentar a tranquilidade que disseram estar sentindo para participar do trabalho, já que conheciam a pesquisadora há algum tempo e viam neste fato um elemento para confiar que seus discursos seriam reproduzidos com veracidade. Nesse sentido, vale dizer que o envolvimento e motivação que as participantes mostraram foi muito incentivador para todo o processo prático, porque todas elas, independentemente de suas visões pessoais, mostraram-se muito dispostas à participação na pesquisa.

Uma única restrição foi feita por uma das participantes, que demonstrou certa preocupação em participar da conversação em grupo, pois acreditava que esse diálogo conjunto poderia suscitar divergências e situações de constrangimento a ela, por divergir de outras posturas previstas na pesquisa. Depois que lhe foi explicado que esse momento conversacional teria algumas normas que garantiriam a ausência de conflitos, e ao mesmo tempo, a liberdade de expressão, ela concordou em participar do contato coletivo.

Em um terceiro momento empírico, as participantes foram reunidas para que se aplicasse o instrumento de completamento de frases. Ao entregá-lo, orientou-se sobre alguns aspectos considerados importantes (ver informações completas, na folha instrumental, no apêndice do trabalho), como a liberdade de espaço para se expressarem, o alerta para que tentassem responder da forma que mais representasse seus sentimentos naquele momento, entre outros.

Como última ação dessa fase de coleta de dados, travamos um diálogo com as quatro participantes para falar especificamente sobre o tema do aborto induzido. Nesta parte, foram estabelecidas algumas normas, como evitar a crítica direta e a tentativa de mudar o pensamento do outro, de forma a preservar um ambiente harmônico para a troca de opiniões e idéias.

Em seguida, foram utilizados alguns cartazes, com afirmações polêmicas, contrárias e favoráveis ao aborto como indutoras da discussão. Foram elas: “o aborto é, antes de tudo uma questão de saúde pública”, “todo feto tem direito à vida, e ela começa sim, com a concepção”, “a vida não começa na concepção, mas na formação do sistema neurológico”, “o aborto causa danos físicos e psicológicos”, “a liberdade de escolha da mulher é um direito inviolável”, e “não seria melhor investir em planejamento familiar?”.

As informações colhidas foram analisadas detalhadamente, a fim de que as construções de todas as etapas do processo empírico pudessem ser confrontadas. Tal procedimento permitiu a consolidação de eixos de análise para traçar as hipóteses e indicadores dos sentidos subjetivos do aborto, além das configurações do tema para os sujeitos analisados.

### **3. Organização das informações**

Nesta parte do trabalho apresentamos as informações colhidas durante a utilização dos métodos interativos e dialógicos de pesquisa, que permitiram a construção teórica sobre o aborto provocado. Primeiramente são dispostos os perfis de cada uma das participantes, identificadas com nomes fictícios. Procurou-se escrever resumidamente sobre suas histórias pessoais, conhecidas previamente e colhidas durante o processo prático, para, em seguida, proceder-se à construção de indicadores tendo como base o instrumento de complemento de frases e os diálogos mantidos com os sujeitos.

Tais indicadores permitiram a conformação de núcleos de sentido prováveis sobre o tema da indução do aborto para cada mulher participante. Mais tarde, vão ser discutidas as razões que nos levam a inferir que a forma individual de ver e sentir o aborto induzido pode ser ampliada para dar inteligibilidade sobre as zonas de sentido de outros sujeitos.

### **3.1. Apresentação dos casos e a construção dos sentidos subjetivos**

#### **3.1.1. Construções a partir das informações de Rita**

**Perfil:** Rita tem 41 anos, é solteira, nunca casou ou teve filhos, nasceu no Rio Grande do Sul, é formada em jornalismo e trabalha na assessoria de imprensa de um órgão de governo. Mora com o irmão, num apartamento do plano piloto, que os pais cederam quando se mudaram para outra cidade. É uma mulher de classe média, com renda mensal de R\$ 2.000,00. Sua criação foi marcada pela religião católica e até pouco tempo, trabalhou para uma rádio religiosa. Quando adolescente, pensou em ser freira e participou de movimentos jovens da Igreja. Buscou sua independência ao decidir morar sozinha no sul do Brasil, tendo passado, depois disso, algum tempo na Inglaterra. Ali conheceu um homem estrangeiro com quem viveu alguns meses e quase casou. Depois disso, teve pouquíssimos relacionamentos, um deles bastante intenso, mas que não teve continuidade. Rita tem uma relação instável com o trabalho, mudando constantemente de emprego. Quando se envolve com alguma tarefa, sua criatividade e inventividade despontam rapidamente. Tem extrema facilidade para se comunicar e se relacionar, fazendo amigos e contatos com desenvoltura. No momento, quer retomar sua vida amorosa.

**Indicadores da dinâmica conversacional e do completamento de frases:** Durante a dinâmica conversacional, Rita conta como o tema do aborto chega até ela, e o que desperta. Diz que lembra de quando participava do movimento jovem da Igreja, em que explicavam que aborto é crime, e que lhe diziam: *“de forma alguma a Igreja Católica Apostólica Romana*

*aceita o aborto, que só Deus pode tirar a vida*". Rita fala também que acompanhou, mais tarde, o debate no Congresso sobre a legalização do tema e que pôde ver o outro lado do problema. Afirmou ter mudado sua visão a respeito porque contatou outros pontos de vista, como os que destacam a mortalidade de mulheres em decorrência do aborto provocado. Ao mesmo tempo, discorrendo sobre o assunto, Rita comenta um pensamento que lhe ocorreu no dia da entrevista, que ressalto aqui: *"hoje mesmo, eu olhando a barriga que eu estou, por falta de exercício físico, me lembrei de uma amiga que tem também essa região parecendo que está grávida e ela abortou. E eu falei "será que tem a ver?" – uma viagem minha aqui. Abortou e depois como um castigo, ela ficou (com a barriga protuberante)...mas não tem nada a ver"*.

Nesses trechos destacados de sua fala, podemos notar que Rita está em contato com alguns valores morais relacionados à igreja – o castigo e o pecado – ao mesmo tempo em que tenta se afastar deles racionalmente, de forma reflexiva.

Rita diz que, em sua opinião, a mulher não tem o direito de optar se quer, ou não, abortar, mas tem dúvidas sobre se, ao escolher pelo aborto, a pessoa deve ser punida. Os casos de estupro e anencefalia do feto são situações que a levam a ter muitas dúvidas a respeito da defesa ou não do direito ao aborto, o qual, para ela, em geral, se configura da seguinte forma: *"acho que o aborto é um homicídio, é tirar uma vida, porque seja provado cientificamente ou não, (...) a vida começa no momento da fecundação"*.

Pelo que já foi destacado até agora, é de se perceber que o valor religioso está presente em sua configuração subjetiva sobre o aborto induzido, porque, apesar de dizer que questiona a forma como a Igreja lhe passou esse valor, existe uma assimilação do mesmo discurso religioso – "o aborto é um homicídio", e depois: "abortou, e como castigo, ficou com barriga". Obviamente essa configuração é complexa, porque há, ao mesmo tempo, uma tentativa de

manter uma postura reflexiva a respeito do tema, o que mostra um determinado conflito em relação a sua história marcadamente religiosa. Esse conflito é também representado no instrumento de completamento de frases, no qual aparecem os seguintes tópicos:

**Religião:** *Etimologicamente, significa ‘religar’, mas nem sempre é o que acontece. Muitas vezes, representa repressão, tolhimento, castração.*

**Trabalho:** *um mal necessário. Se Adão não tivesse comido o fruto proibido, não precisaríamos ganhar o pão com o suor do próprio rosto.*

**Meu futuro:** *a Deus pertence. Mas com certeza vai ser o resultado das escolhas que eu fizer no meu presente.*

**Secretamente, eu:** *não tenho algo secreto. Ah! Lembrei! Quando me masturbo, é secretamente.*

Nessas formulações, podemos destacar a presença dos sentidos ambivalentes em relação ao valor religioso. Existe uma postura ativa e crítica, mostrada na primeira e na terceira frases. Porém, na segunda e na quarta, está presente uma certa sujeição às crenças religiosas, embora na última frase isso esteja menos explícito. Selecionei-a porque o pecado ligado à expressão da sexualidade está muito presente em algumas religiões. Certamente, a maioria das pessoas se masturba em ambiente privado em nossa cultura, porém, acredito que o caráter do que é secreto, carrega um sentido ligado ao que é proibido, censurado. E isso para ela, está ligado à sexualidade. Essa última construção interpretativa é mais arbitrária do que as outras, o que se delineia apenas a título de hipótese que será confrontada com outros elementos de análise.

Um aspecto de relevância para a construção de sentido é que Rita demonstra ser uma pessoa bastante religiosa em seu cotidiano: frequenta a Igreja semanalmente, inclusive em

dias nos quais não há missa marcada, além de ter alguns padres como amigos, com quem conversa freqüentemente. No entanto, o valor religioso, somente apareceu mais diretamente na primeira conversa individual, configurando um sentido mais indireto e implícito no instrumento de completamento de frases.

Durante a conversa em grupo, foi interessante notar que Rita pouco falou de seu valor religioso, mas ele fica evidenciado de forma indireta. Disse no início que já havia sido radical em relação ao tema, por causa da religião católica, mas que hoje se considerava uma pessoa mais aberta, sem uma visão muito definida. Porém, relata que já teve culpa por acompanhar uma amiga para comprar a chamada “pílula do dia seguinte” e que acreditava que se ficasse grávida, levaria até o fim, porque *“subiu no burro, tem que fazer ele andar”*.

Outro ponto a ser ressaltado em relação às colocações de Rita é que a família, apesar dos valores religiosos, não configura um sentido subjetivo forte, com exceção da mãe, descrita como *“superprotetora, que viveu para os filhos”*. O pai é descrito como *“um homem egoísta, bitolado e recalcado. Um pai ausente, preocupando-se apenas em prover”*. Quanto à família, Rita coloca que: *“a gente não escolhe...e aí, às vezes, tem que engolir determinadas pessoas. Já foi pra mim um valor, até o dia em que ouvi que o valor é a segurança afetiva, que não necessariamente se encontra dentro da família”*.

Tampouco a maternidade assume papel preponderante na produção de sentido subjetivo, embora tenha sido tema recorrente na conversa individual. Talvez pelo fato de nunca haver sido mãe, ou pelo fato de não atribuir muito valor ao papel materno desempenhado pela sua mãe no completamento de frase – **Mãe:** *uma mulher submissa que se anulou quando se casou (...)*.

Ainda assim, é interessante ressaltar esse elemento, porque sempre que aparece, há uma certa idealização sobre a maternidade. Isso fica evidenciado quando diz, na conversa

individual, que mudou sua idéia no sentido de querer ser mãe, porque acredita que agora tem bagagem para “ser boa” neste papel:

*“...ninguém está totalmente preparado para ser mãe, para ser pai, mas hoje eu tenho uma bagagem que me permitiria ser uma boa mãe. E naquela época não,(...) acho que eu tinha medo de não saber educar”.*

Alguns complementamentos de frase também aparecem com essa idealização:

**Maternidade:** *é um dom, um presente, que nem toda mulher recebe. Eu diria, até, um privilégio.*

**Gravidez:** *um momento sublime na vida de uma mulher. Deve ser maravilhoso carregar um outro ser dentro de si.*

O papel de mãe está tão ligado à dedicação, à bondade, e a outros atributos positivos que não a permite significar o aborto como uma possibilidade. A idealização também torna inadmissível o direito de poder decidir sobre a interrupção de uma gravidez.

Nessas colocações, podemos supor que há um atributo muito freqüente da subjetividade social e das representações sociais sobre o papel da mulher em nossa sociedade: o dever ser. É como se a mãe devesse sempre agradecer o filho que “lhe foi dado”, um presente da maternidade. Essa é uma visão que permeia nossa cultura de forma bastante forte, num nível, muitas vezes, sutil, tendo conseqüências importantes que serão analisadas mais adiante.

### **3.1.1.1. Núcleos de sentido subjetivo de Rita**

Pelo que foi colocado anteriormente, podemos dizer que há indicadores os quais nos permitem supor a existência de um núcleo de sentido subjetivo a ser destacado, que está

relacionado ao valor religioso, embora este se configure de forma complexa, havendo em relação a ele, tanto um posicionamento crítico, quanto uma sujeição a alguns de seus princípios.

Esse núcleo de sentido ligado à religião pode representar uma produção simbólica negativa em relação ao aborto, contrária aos valores morais estabelecidos como parâmetro para vários elementos que participam da organização da subjetividade de Rita.

### 3.1.2. Construções a partir das informações de Meire

**Perfil:** Meire nasceu no Chile, tem 40 anos, mora num condomínio residencial afastado do centro de Brasília, e pertence à classe média, tendo uma renda mensal de R\$ 3.500,00. Casou cedo, aos 19 anos, com um homem com quem conviveu por 10 anos, tendo três filhas dessa relação. Há 20 anos está no Brasil, tendo morado, nesse intervalo, por duas vezes nos Estados Unidos. Buscou o autoconhecimento desde cedo, envolvendo-se em terapias e práticas meditativas. Tem uma vida intelectual rica e preocupação em cultivar hábitos saudáveis, o que a fez buscar formações alternativas em acupuntura, *shiatsu* (uma técnica de massagem) e alimentação macrobiótica. Após sua separação, procurou outras fontes de recursos para conseguir construir casa própria e sustentar as filhas, o que conseguiu fazer. Numa de suas relações posteriores, ficou grávida, tendo realizado um aborto. Casou novamente há quatro anos, e, atualmente, vive certo conflito com uma gravidez inesperada de 4 meses.

**Indicadores da dinâmica conversacional e do completamento de frases:** Meire afirma sentir-se dividida em relação ao tema do aborto induzido. Diz haver uma diferença entre o que sente sobre a maternidade em si e o que pensa, pois acha que suas idéias são mais liberais que seus sentimentos. Ao comentar como vê a questão do aborto, ela afirma: “*as emoções são fortes, (...) eu tenho um pensamento muito liberal em relação ao tema – que*



*uma mulher, logicamente, tem que ter o direito de decidir se quer, ou não, ter o filho,(...) mas eu sinto que tem uma divisão em mim, em relação a isso”.*

A divisão que aparece no relato de Meire pode estar ligada a outro trecho que ressalto a seguir, em que ela fala sobre as gravidezes de suas 3 filhas: *“Eu curti muito. Muito. Cada gravidez foi um caso diferente. A primeira, eu tinha 19 anos era muito nova, mas curti muito, fiz parto em casa, cuidei muito de minha saúde física e mental, na época. A segunda foi a única planejada – eu queria uma irmã para a minha primeira filha, então foi tranqüila. A terceira não foi tanto porque entre a segunda e a terceira eu tive uma criança, um menino, que eu perdi com 5 meses e meio de gravidez. Foi um pouco difícil. Então a minha terceira filha foi a quarta gravidez. Foi um pouco difícil, sobretudo no último período, eu estava com muito medo do parto, mas em geral foram tranqüilas. Foi o momento que me dei para cuidar de mim, física e emocionalmente”.*

A partir desses trechos de conversa, Meire oferece uma pista que permite pressupor a existência de um sentido muito forte, carregado de emocionalidade, em sua configuração subjetiva: o da maternidade. Isso se evidencia no trecho em que se refere às suas gravidezes: Meire diz tê-las curtido muito, além disso, abalou-se profundamente com a perda do terceiro filho, e preocupou-se em perder também a outra filha, quando descreve sua aflição com o parto. No completamento de frases aparece um indicador de forte sentido emocional, também em relação à maternidade, ao descrever o tempo mais feliz: *“...é o que fico com as minhas filhas”.*

De forma menos explícita, outra frase de sua fala que nos leva a crer no forte sentido subjetivo da maternidade é a seguinte: *“...Mas eu tenho uma coisa conservadora, me custa aceitar fisicamente e emocionalmente o que é fazer um aborto, não sei se eu teria coragem agora de fazer”* – nesse trecho há duas palavras que me chamaram a atenção: “fisicamente e

emocionalmente”. Por que motivo um aborto custa fisicamente para Meire, já que, em seu caso, o aborto que levou a cabo não teve conseqüências orgânicas para seu físico? Acredito que o custo físico seja o impacto da perda do feto, a interrupção da própria gravidez, um dos símbolos da maternidade.

Ao mesmo tempo em que fala desse custo emocional por mais de uma vez, Meire, por outro lado, reafirma o direito da mulher de decidir sobre o próprio corpo: *“uma **mulher, logicamente, tem que ter o direito de decidir se quer, ou não, ter o filho** dependendo das condições, óbvio, em que o aborto seja feito. Lógico, porque não tem que ser feito em qualquer situação, não se pode usar como anticoncepcional, mas **há momentos em que é importante ter o poder de decidir – ‘eu quero fazer um aborto, não quero trazer um filho que eu não vou poder cuidar’, ou...não sei...pode ter 30 mil razões”***

Esse momento de sua fala nos ajuda a criar a hipótese de que outro sentido subjetivo está em jogo com relação ao aborto: ele representa a afirmação da liberdade e autonomia femininas, algo que se conecta à influência familiar em sua vida: *“eu tenho um discurso, talvez porque **pra mim o modelo de mulher é a minha irmã. Ela é feminista e sempre me colocou aquela coisa – a mulher tem direito, tem direito sobre seu corpo”***.

Nessa configuração, que se manifesta de forma plurideterminada vale ressaltar que no completamento de frases há indicadores que nos ajudam a confirmar a importância do sentido subjetivo da autonomia, que acaba por ampliar-se, no meu entender, à configuração do direito da mulher ao aborto: *“família: um núcleo que pode ser muito bom, se respeita a individualidade”*, e *“meu maior problema: sair do meu caminho para ir no do outro”*. Reconhecer sua individualidade e o próprio caminho (os próprios desejos, sentimentos, valores) como importantes, é uma expressão da busca pela autonomia e do sentido positivo que isso assume em sua vida.

Ligada a isso, está uma postura intelectual reflexiva de Meire a respeito do aborto:

*“(...) devia se considerar certas situações e pelo que tenho lido, o aborto onde é legal, se reduz muito o risco para as mulheres, porque ninguém vai tratar o aborto como anticoncepcional – acho que esses são casos isolados. Você vai para uma situação dessas, em geral, em uma situação limite, quando não sabe mais o que fazer. Porque é uma situação muito forte, você não vai assim tipo – não quero essa criança e agora fiquei grávida de novo, não quero de novo e vou fazer de novo”.*

Em outro momento do diálogo, Meire volta a afirmar a carga emocional que assume o tema da interrupção da gravidez para ela, principalmente agora, quando descobriu estar grávida de meses, depois que os exames iniciais deram negativo: *“Agora mesmo pensei em fazer um aborto. É muito forte. (...) então penso: sim, mas de repente isso veio porque é o momento pra mim, porque se no começo eu não soube e tudo correu para que eu não soubesse que eu estava grávida, só vim saber com 3 meses, não sei...fico meio confusa agora”.*

Identifico nesse trecho algo que não está explícito, mas que acredito ser significativo para o estudo do sentido subjetivo da gravidez para Meire: a presença de uma ordem supra-humana, a qual parece reger determinados momentos de vida – *“de repente isso veio porque é o momento pra mim”* e *“tudo correu para que eu não soubesse”*. Tais frases nos levam a pensar na possível presença de um sentido ligado a uma ordem que está acima da vontade humana. Essa análise se torna interessante para o estudo sobre o aborto, porque, daí se deduz que uma interferência nessa gravidez, talvez pudesse significar a interrupção de uma ordem maior, em última instância, uma ordem divina.

Sobre essa questão, é interessante observar que, numa sociedade de influência católica e cristã, a representação social da concepção e da gravidez está permeada de uma aura mística

– pode ser o momento em que a alma começa a existir, ou parte da vontade de Deus, constituindo um momento sagrado. Ainda que, no caso de Meire, a doutrina católica não configure elemento de sentido, ela comenta, na conversação em grupo, que os preceitos da religião podem tê-la influenciado de alguma forma que ela não percebe conscientemente, pois no Chile, assim como no Brasil, os princípios do catolicismo estão arraigados culturalmente.

Há que se ressaltar, ainda, outro sentido subjetivo identificado na análise das informações trazidas por Meire na decisão de interromper a gravidez – o significado da presença do homem na relação e para o bebê. Ela fala de sua experiência da seguinte forma: *“Fiz um aborto (...) foi horrível. Fiz numa clinica. Tava muito pequenininho, mas saí muito mal. Primeiro, me sentindo a pior pessoa do mundo, achando que aquilo não valia a pena...mas olho para trás o momento que eu tava vivendo, a pessoa com quem eu tava. Realmente não tinha nenhuma condição de ter tido um filho, acho que fiz correto naquele momento. Talvez o pai não tivesse presente, estava na época, mas não acho que seria alguém que ia estar do lado e que ia acompanhar o neném. Então, ter filho sozinha, eu acho que não”*.

A hipótese sobre o sentido subjetivo inferido anteriormente ligado à presença do pai para o bebê – acaba por ser reafirmada no diálogo em grupo, em que Meire é a única a defender que o homem também tem direito e responsabilidade sobre a vida do feto, numa eventual decisão sobre o aborto. Esse sentido parece estar ligado a um forte senso de responsabilidade sobre a gravidez e a maternidade, indicados nos seguintes complementos de frases:

**Gravidez:** amor, criação, responsabilidade, cuidados e dedicação.

**Para mim, a maternidade:** uma viagem, uma experiência de amor inigualável, uma relação definitiva de grande responsabilidade.

***Aborto:** estou dividida entre o conflito moral interno e o meu olhar baseado na realidade externa de abandono, desamor, e falta de estrutura.*

É interessante notar que na descrição da gravidez e da maternidade, a palavra responsabilidade se repete. E na última frase, revela-se um sentido muito forte, que concorre com a emocionalidade do significado de ser mãe: a necessidade e a importância que assume a estrutura baseada no fator humano – a presença dos pais para a criança (abandono e desamor), que fornecerão uma estrutura de vida.

### **3.1.2.1. Núcleos de sentido subjetivo de Meire**

Mediante os trechos analisados anteriormente, podemos dizer que um dos núcleos de sentido importantes para Meire é o que conforma a maternidade. Essa configuração é carregada de emocionalidade, que esteve presente em suas gravidezes, e em seu aborto, além de estar também presente no seu cotidiano, quando fala que o tempo mais feliz é o que passa com as filhas.

Outro núcleo de sentido está em sua posição sobre a autonomia e os direitos da mulher – permeada por sua postura crítica e reflexiva, influenciada pela família (principalmente pela irmã), e, provavelmente, também pelo ambiente de contestação que viveu no Chile (a ditadura de Pinochet) até o final da adolescência.

Um terceiro núcleo de sentido ligado à forma como se pode configurar o aborto, construído a partir de indicadores menos explícitos, relaciona-se a um certo desígnio divino que conforma o momento da gravidez. Seria algo que leva a aceitar a condição de grávida, pela crença em um processo supra-humano que está além do controle humano. Para Meire, isso tem um sentido especial, pois facilita seu processo de aceitar a gravidez neste momento de sua vida.

Finalmente, outro sentido subjetivo configurado na experiência de Meire diz respeito à presença masculina na relação e na família, como fator de importância para a estrutura emocional da criança. A figura do homem – pai e marido – parece ser uma fonte relevante de apoio para que a dinâmica emocional e relacional familiar se estabeleça.

### **3.1.3. Construções a partir das informações de Izabel**

**Perfil:** Izabel, nascida no Rio Grande do Sul, é uma mulher de 47 anos, que mora no Lago Sul, pertencendo à classe média, com renda mensal de R\$ 6.500,00. É a filha caçula de uma família de mais 7 irmãos. Perdeu mãe e pai de forma trágica ainda muito jovem. Independência e autonomia parecem ter sido um alvo permanente. Formou-se em Educação Física e buscou especialização fora do país. As primeiras relações amorosas foram um pouco conturbadas. Teve três filhos de parceiros diferentes e realizou três abortos. É casada há 16 anos com o marido atual, tendo ajudado a criar os três filhos de seu companheiro. Os amigos sempre foram presentes em sua vida e com eles viveu em comunidade, seguindo um caminho alternativo ligado à alimentação macrobiótica, a práticas espirituais e a terapias corporais. Deu aula nesta última área durante bastante tempo e, depois de haver conquistado reconhecimento profissional, decidiu mudar as perspectivas no campo do trabalho. Hoje atua no terceiro setor.

**Indicadores da dinâmica conversacional e do completamento de frases:** O início da conversa com Izabel logo nos remete a abrir a hipótese de um sentido subjetivo muito forte para ela – o da maternidade. Quando expressa como é falar sobre o tema aborto, ela diz que “ele mexe”, uma frase de conotação marcadamente emocional associada aos três abortos que fez. Ela explica que mexe, “porque são filhos que eu não tive. Ainda estão presentes no meu campo. Eles não são totalmente ausentes”.

Sua expressão dá-nos a entender que ela, na atualidade, ainda se sente mãe dos filhos que abortou, porque *“eles estão presentes”*. Depois, ela conta que *“eu fiz um trabalho com a criança, sempre procurei me despedir, fazer contato, e principalmente nesse terceiro...e todas essas crianças têm nomes. De vez em quando eu penso que idade elas teriam, principalmente o mais velho. Que eu digo que era o Paulo. As crianças já vinham com nome...muito engraçado. Esse terceiro eu fiz todo o trabalho: quando saiu, eu enterrei numa terra, fiquei conversando pra que saísse bem, então foi bem trabalhado nesse sentido”*.

É interessante ver que a ação descrita encerra um ritual próprio de uma verdadeira pessoa que acaba de morrer: enterrar o coágulo, nomeá-lo, conversar. Existe um sentimento de maternidade sobre essa perda, a perda de um filho. Esse sentimento está também representado no instrumento de completamento de frases, em que a todo momento os filhos aparecem, mesmo quando não há uma relação direta no tema da frase. Vejamos como exemplo as seguintes:

***Minhas aspirações:*** *minha maior aspiração é viver em paz comigo mesma e ver meus filhos encontrarem seus caminhos nessa vida.*

***O tempo mais feliz:*** *(...) a vida em comunidade, os amores, os filhos chegando e o meu casamento, e a convivência com meu companheiro.*

***Maior temor:*** *(...) de ver meus filhos sofrerem.*

***Estou melhor quando:*** *(...) estou com meus três filhos passeando.*

***Sofro:*** *(...) quando vejo meus filhos perderem o rumo, quando não confiam em mim.*

***Eu:*** *sou uma pessoa privilegiada pelas oportunidades que a vida me proporcionou.*  
*Sou uma boa mãe (...)*

***Amo:** (...) ver meus filhos dormindo em casa.*

***Filhos:** são a minha paixão. Cada um é único, é especial. Dão sentido à vida. Requerem atenção, dão trabalho. Me surpreendem, me sacodem, me relaxam, me preocupam. Me fazem sentir viva. Me fazem ter certeza que sou capaz de amar.*

***Para mim, a maternidade:** me realiza. É o melhor e o mais essencial na minha vida. Talvez a única coisa a respeito da qual eu não duvide de todo o amor que está presente, inclusive no cotidiano.*

***Aborto:** (...) é um filho que deixei de ter. É uma solução quando não se quer o filho.*

Na maioria das frases, os filhos se encontram ligados a uma forte expressão afetiva – ao tempo feliz, ao sentimento de amor, à sua paixão, ao aspecto “mais essencial” em sua vida, que a realiza e da qual não duvida de todo o amor que está presente. Suas palavras, plenas de significado emocional, nos levam a inferir que o seu bem-estar está muito ligado ao papel materno - quando ela está bem, está com os filhos e, quando sofre, é porque os filhos estão mal ou não confiam nela. Esse mesmo sentimento maternal é fator que constitui sua própria identidade – “**Eu:** sou uma boa mãe”. Até mesmo na frase sobre o aborto, ele é significado pelo filho que deixou de ter, ainda que o complemento afirme sua posição de defesa do direito da mulher em não querer o filho, que analisaremos mais adiante.

A importância do sentido sobre a maternidade não aparece apenas nos indicadores do complemento de frases. Ao se confrontar essas reflexões com o conteúdo qualitativo na conversação individual, o significado subjetivo da maternidade se confirma, não só pelos elementos já colocados no início da análise (a nomeação dos filhos abortados, a presença deles em “seu campo”), mas também por outras expressões do diálogo: quando relata que as gravidezes foram momentos de muita tranquilidade, quando comenta a felicidade de ter o



segundo filho, quando diz que a última gravidez foi sofrida porque quase perdeu o bebê, e especialmente, quando diz: *“Eu tenho uma relação que eu amo com os meus filhos, o mais fácil da minha vida é a minha relação com eles. É algo que me traz um prazer mais direto, mais sem fronteiras, mais sem limites, então eu acho que os filhos costumam trazer coisas boas pra vida da gente”*.

Muito embora haja essa força emocional no sentido subjetivo da maternidade, um exame mais pormenorizado dos conteúdos trazidos por Izabel, coloca-nos diante de um quadro paradoxal, que é o próprio fato de ter feito três abortos em sua vida. Essa contradição torna-se muito interessante para nossa pesquisa porque é um elemento de presença marcante também na análise de Meire, que igualmente praticou aborto.

As bases desse paradoxo podem estar configuradas em outro elemento de sentido identificado nas informações trazidas por Izabel: a busca de sua independência e autonomia como adulta e mulher. No espaço dialógico individual, ela conta que a primeira decisão de abortar foi tomada sozinha e que ela só comunicou ao pai da criança depois que havia tomado a decisão. Ela diz que ele era um amigo e que até expressou querer muito que ela tivesse a criança, mas ela decidiu-se por si mesma. Izabel também relata que em seu segundo aborto, o pai foi categórico em não querer a criança, e isso, para ela, foi *“horrível”*: *“...uma coisa era eu tomar a decisão, mas na minha cabeça, ele não podia. Tomar essa decisão tinha que ser totalmente minha”*. Em seu terceiro aborto, ela conta que foi um caso extraconjugal num momento de crise de seu antigo casamento.

Esses indicadores de autonomia e independência, que supomos configurar o sentido subjetivo do aborto, apesar de ser contraditório ao sentido ligado à maternidade, confirma-se através de outros elementos no diálogo com Izabel: *“acho que têm momentos da vida em que a gente não quer ter um filho, pelas mais diversas razões. Isso eu falo mesmo estando numa*

relação, mesmo tendo dinheiro. Tem momentos que você não quer. Então eu acho que esse tema tem que ser debatido exaustivamente. As mulheres têm que ser ouvidas”.

Também no completamento de frases outros elementos configuram o sentido de autonomia assumido por Izabel. Quando fala a respeito dos pais, ela descreve o quanto lhe impactou emocionalmente a perda da mãe, aos 18 anos, e a perda do pai, que se suicidou dois anos depois. Esses fatos parecem tê-la incentivado a lutar por si mesma, afirmando-se em sua autonomia, o que aparece em algumas ocasiões:

***Sucesso:** é ter certeza, é não se comparar, é não se pôr pra baixo. (...) é ter garra e não desanimar diante dos obstáculos da vida (...).*

***Fracasso:** é se sentir vítima.*

***Luto:** para ser uma pessoa mais positiva e confiante, (...) para não me sentir órfã e vítima da vida.*

Embora as duas primeiras frases não ensejem propriamente algo que Izabel necessariamente vive, são valores configurados em sua subjetividade: ter garra, não se sentir vítima. Já na última, há uma ação que ela admite para si – lutar contra a vitimização e por ser confiante e positiva.

Tais indicadores nos confirmam a pressuposição do senso de autonomia comentado antes, que leva Izabel a agir como sujeito de sua própria vontade e decisão. Esse é um sentido subjetivo bastante interessante no contexto do estudo sobre o aborto, porque associa a ele a convicção de que a mulher tem o direito de decidir sobre a própria gravidez. Ou seja: a decisão sobre o aborto não está somente ligada a um sofrimento pela decisão de não ser mãe naquele momento, e pela perda do bebê, mas também a uma tomada de decisão que reafirma a mulher em sua liberdade de escolha. Esse senso é evidenciado por Izabel também na

discussão em grupo, em que configura a única a concordar com a frase posta no debate, de que “a liberdade de escolha da mulher é um direito inviolável”.

São elementos como esses que nos levam a verificar como a subjetividade social se diferencia da subjetividade individual: por mais que as mulheres que abortam apresentem esse mesmo indicador subjetivo - que definiríamos como um sentido de autonomia diante dos papéis sociais - existem elementos únicos na história de cada mulher, que vai configurar esse sentido subjetivo. No caso de Izabel, isso pode ser visto em sua história pessoal, em que a perda dos pais pode tê-la influenciado no sentido de enfrentar suas questões e não se deixar “desanimar pelos obstáculos”, sentido-se “vítima” das situações. Nesse aspecto, lutar por autonomia e independência ganham um sentido subjetivo próprio, apesar de estar presente na subjetividade de outros sujeitos que decidem pelo aborto.

Mais um indicador que se destaca nesta análise é o sentido subjetivo que parece assumir a religião ou a espiritualidade para Izabel: em vez de constituir um aspecto contraditório às suas escolhas – dentre elas, a do aborto - constitui um elemento de força e apoio às suas ações. Ela narra: *“Eu fui criada na religião católica, mas sempre fui sannyasin (termo sânscrito que define, entre outros, os discípulos do mestre indiano ‘Osho’), então, nunca fiquei com a culpa me martelando. Mas pra mim mesma (o aborto) é uma coisa forte”*. Depois, ao falar do nascimento de seu segundo filho, ela diz: *“Nasceu um menino, fiquei muito feliz. Eu estava numa época da vida muito ligada às forças sobrenaturais. Então, eu me senti apoiada pelos caboclos, pelos seres...me senti muito apoiada”*. Quando fala de seu terceiro aborto, ela descreve: *“eu fiz aborto com citotec - achei super eficiente. Tomei os comprimidos, botei na vagina e recebi um reiki até sentir que...desceu”*. (reiki é uma espécie de passe, uma “transmissão de energia”, que não figura propriamente religião, mas uma “prática mística”)

No completamento de frases, Izabel mostra uma definição muito própria de fé:

***Religião:** é um estado interior, uma essência comum a todas as religiões. Algo que preenche meu ser. Cresci na religião católica, sou discípula de um mestre indiano e acredito que a religião nos conecta com o divino dentro de nós.*

A declaração de que a religião é algo que preenche seu ser e que a faz conectar-se com o divino dentro de si dá um valor muito positivo à sua crença e sua fé. Aliando as informações dos vários instrumentos para a construção da informação, pode-se inferir que o sentido subjetivo da espiritualidade, para Izabel, não parece se contrapor ao aborto. A contradição entre a interrupção da gravidez e suas emoções parece ligar-se mais ao sentido subjetivo da maternidade do que propriamente ao sentido da religião.

#### **3.1.3.1. Núcleos de sentido subjetivo de Izabel**

A construção que fazemos, a partir dos indicadores identificados nas informações de Izabel, se volta, primeiramente, a um núcleo de sentido ligado à maternidade, que se configura por uma relação extremamente afetiva direcionada tanto aos filhos nascidos, quando aos filhos que abortou. O papel materno é produtor de afeto e emoções que representam elementos de forte valor na configuração subjetiva da identidade e do bem-estar diário de Izabel. Nesse sentido, a maternidade poderia ser um elemento que faz sentir o aborto provocado como algo contrário a sua natureza, já que tanto se identifica com o papel de mãe.

Paradoxalmente a esse primeiro núcleo de sentido, pressupomos também a existência de outro núcleo, ligado a uma posição de autonomia e liberdade de escolha da mulher, configurado, no caso de Izabel, por uma atitude ativa assumida diante de situações de perda, como a morte dos pais. Sua busca por autonomia concorre com o sentido subjetivo em relação à maternidade, pois, apesar de considerar o tema do aborto algo que mexe com suas

emoções, ela decidiu fazer mais de um aborto em sua vida, defendendo que a liberdade de escolha da mulher é um direito inviolável.

A liberdade de decisão como um valor pode ser um elemento importante também na configuração de um terceiro núcleo de sentido: o da religiosidade. No caso de Izabel, a fé é um elemento presente em vários momentos de vida carregados de sentido subjetivo, que não parece entrar em conflito com sua moral, mas a faz sentir-se apoiada e protegida. É uma fé que não se configura como norma, o que seria difícil para uma pessoa que tem a autonomia como valor, mas por um sentido existencial, que vai de encontro a suas ações.

#### **3.1.4. Construções a partir das informações de Maria**

**Perfil:** Maria tem 51 anos, nasceu no Paraná, e pertence à classe média, morando no plano piloto, com uma renda mensal de R\$ 9.000,00. Ela é a caçula de 4 filhos. Veio para Brasília com 16 anos, juntamente com sua mãe, e morou algum tempo com a irmã. Formou-se em biblioteconomia e trabalha como funcionária pública em sua área de formação. Nunca casou formalmente, e teve uma vida conjugal instável que durou mais ou menos 6 anos. Com esse parceiro, teve 3 filhos, dois deles, depois de já haver se separado. Entre o primeiro e o segundo filho sofreu dois abortos espontâneos. Maria segue a doutrina da religião espírita, mas também está aberta a outras práticas religiosas, sendo freqüentadora de um grupo de meditação. Durante muito tempo, fez terapia em grupo, na busca do autoconhecimento. Atualmente, dedica seu tempo principalmente aos filhos e ao trabalho, mas também se preocupa em colocar na rotina diária atividades para si.

**Indicadores da dinâmica conversacional e do complemento de frases:** Maria nos traz indicadores muito fortes a respeito da religiosidade em sua configuração subjetiva, um atributo cheio de significados para ela. O valor espiritual e religioso evidencia-se tanto no

completamento de frases, quanto nas conversações, embora não tenha se manifestado menos no debate grupal.

Ao falarmos individualmente sobre a questão do aborto, Maria diz que é contra porque acredita nos princípios religiosos do Espiritismo, presentes desde sua infância. Ela concebe o aborto da seguinte forma:

*“Acredito nesse significado maior da vida, que também é explicado pelas teorias espiritualistas, como o Espiritismo. Em princípio, porque eu fui criada num ambiente espírita Kardecista, e sempre li a respeito do significado e das conseqüências espirituais do aborto, tanto pra quem pratica, quanto pra quem é vítima dele. Essa doutrina fala que, quando o espírito se prepara para encarnar, ou reencarnar na Terra, existe toda uma preparação a nível espiritual, todo um envolvimento disso. (...) Têm espíritos que vêm, que estão sendo preparados. Eu não posso dizer que existe uma maneira padrão, mas, vamos dizer, o padrão é que o espírito está se preparando para encarnar na Terra, e tudo isso envolve um procedimento e uma pré-concordância em nível espiritual, tanto daquele que vai ser mãe, quanto daquele que vai encarnar. Então existe toda uma combinação prévia que nós, na mentalidade material, nós não estamos alcançando, e recebendo isso nesse nível de vibração. Se você interrompe isso, interrompe, de certa forma, a vida e a oportunidade daquele que viria encarnar e desenvolver seu estágio evolutivo. E também, é uma violência, porque não há como não admitir que você está interrompendo uma vida, e o que é interromper uma vida? Não vou usar um termo drástico, mas não deixa de ser. Você está matando uma vida. Então vejo assim. O Espiritismo também coloca, (...) é uma frustração muito grande em termos espirituais. Então é um atraso muito grande que se coloca na evolução tanto da mãe, quanto do espírito do filho”.*

O trecho é bastante significativo porque mostra vários elementos constitutivos do sentido subjetivo do aborto para Maria: primeiro, a valorização dos valores herdados da família nas representações individuais, depois, a doutrina religiosa como um caminho de organização de sua personalidade. Desta forma, o aborto assume diretamente um sentido negativo, ligado à interrupção de uma ordem divina, de uma evolução que faz parte de sua postura existencial. No completamento de frase, Maria atribui a seguinte significação ao aborto: *“sofrimento, dor, frustração, impotência, medo, perda irreparável, culpa, auto-punição”*.

A religiosidade não aparece apenas quando Maria fala diretamente sobre sua concepção do aborto, mas é um sentido de grande valor para sua vida. Vejamos como ela completa a seguinte frase:

***Religião:*** *religiosidade permanente. É o que ancora minha vida, minha coragem, meus impulsos confiantes, meus passos. Me ampara nas frustrações e dores.*

A expressão de que a religião ancora sua vida, sua coragem, seus passos, reafirma o sentido subjetivo da religiosidade, que apareceu também na conversação. Ela escreve que é algo “permanente”, palavra muito significativa, pois, indica que esse aspecto ganha presença em muitas áreas de sua vida. E de fato, há outros indicadores que nos fazem deduzir isso – alguns valores ligados às religiões cristãs, como renúncia, abnegação e altruísmo aparecem descritos em vários campos da experiência de vida de Maria, que estão configurados na visão que ela tem da mãe, de sua própria gravidez, em suas aspirações, e em outras esferas de sua subjetividade:

***Mãe:*** *era alegre e se doava aos outros, vivia como em renúncia pelas necessidades do marido, filhos.(...)*

***Minhas aspirações:*** (...) viver com ênfase no aspecto espiritual, ajudar o próximo.

***Quando engravidei:*** (...) sofri, renunciei e amei.

***Meu futuro:*** (...) ajudar/ animar pessoas carentes (...).

***Família:*** (...) uma expansão de pessoas que nascem e se reproduzem a partir da gente.

***Esforço-me diariamente por ser:*** mais saudável, espiritual, compreensiva (...)

Nas conversações, tanto individual quanto em grupo, Maria chega a admitir a legalização do aborto, o que, ao nosso ver, não diminui o aspecto subjetivo da religiosidade, mas o reforça, já que o motivo para a aceitação se origina de uma preocupação e reflexão sobre o bem-estar social ligado à questão, um aspecto altruísta, que também podemos associar aos valores religiosos. Segundo ela, a interrupção voluntária da gravidez deveria ser admitida para que as mulheres não morressem por fazer abortos arriscados: *“casos que viessem a acontecer deveriam mesmo ser assistidos pelo Estado. É claro que as mulheres já estariam esclarecidas, e seriam situações mais excepcionais mesmo, de pessoas que tomaram uma decisão e, apesar de todo o esclarecimento, todo o apoio que elas tiveram de assistência de saúde. Mas que os casos que venham a acontecer possam ser assistidos de forma digna e humana. Porque é desumano as pessoas estarem morrendo por não poderem arcar com a criação de seus filhos, ou por optarem por não ter filhos”*.

Outro indicador de destaque do valor religioso manifestou-se no debate em grupo. Maria diz ali que em duas de suas gravidezes ela sentiu que não havia nenhuma condição emocional para o nascimento das crianças. Então ela narra que conversou com o espírito desses seres, pedindo que não nascessem naqueles momentos, pois sua vida estava conturbada e não seria bom para eles, porque ela não estava preparada. Nessas duas ocasiões, ela teve



abortos espontâneos, que constituíram experiências muito fortes, pois chegou a se sentir responsável pelos abortos.

A religiosidade talvez permeie o próprio sentido de maternidade, que aparece, no complemento de frases, como recurso para suportar as dificuldades da experiência materna - a doação, o empenho, e a fé auxiliam o esgotamento, ou as privações:

***Para mim, a maternidade:*** *doação de si, empenho permanente, interesse, curiosidade, desconfiança, impaciência, “saco cheio”, esgotamento, brincadeiras, sustos, palhaçadas, momentos solenes, privações, explosões, contenções, medo, insegurança, incerteza, confiança e fé.*

Além da religiosidade, outros aspectos que chamam a atenção nas informações escritas e faladas de Maria são a maternidade e os valores familiares. Tais elementos, que parecem muito significativos em sua configuração subjetiva, são recorrentes no complemento de frases:

***Minhas aspirações:*** *(...) ter uma família estruturada, (...) filhos felizes e independentes (...)*

***Sucesso:*** *(...) proporcionar alegria e condições de crescimento à minha família.*

***Gravidez:*** *(...) preparar-se para amar e proteger. Aprender mais para cuidar melhor. Amor, amor, amor.*

***Maior temor:*** *Morrer antes que meus filhos estejam independentes.*

***Eu:*** *Gosto muito de mim, meus filhos e alguns amigos.*

**Meu maior problema:** *é fazer meu filho mais velho aceitar disciplina, organização, pontualidade, estudo e conclusão de tudo o que é iniciado.*

**Amo:** (...) *rir das palhaçadas do meu filho.*

**Custa-me muito:** (...) *suportar indiferença de filho.*

**Filhos:** *amor e continuidade.*

Vê-se que os filhos estão ligados a expectativas positivas (sucesso, aspirações), e também a um certo grau de preocupação, mas que parece estar relacionada a um sentimento de grande afetividade e emocionalidade, visto em diversas frases que tratam do amor, do gostar, do temor. Também no diálogo individual, Maria se emociona ao falar dos filhos, e de como são seres “fantásticos e maravilhosos”.

Na mesma conversa individual, percebe-se que suas gravidezes e, conseqüentemente, a maternidade ganham muitas vezes um contorno de sofrimento, quando fala de um sentimento de solidão para enfrentar o nascimento dos filhos. Mas essa emoção não parece estar ligada aos filhos propriamente, mas aos problemas que marcaram sua relação conjugal que configurou, segundo ela, um envolvimento afetivo muito forte. Aliás, o relacionamento com o marido parece ser um indicador de sentido forte na conversação individual e na grupal, quando Maria diz acreditar que uma mulher aborta, muito em função da falta de apoio do companheiro.

#### **3.1.4.1. Núcleos de sentido subjetivo de Maria**

Um dos núcleos de sentido que podemos delimitar através das informações de Maria está ligado ao sentido subjetivo da religiosidade, fonte de apoio e de segurança para o enfrentamento das situações cotidianas, emocionais e práticas. Aqui o valor da religião,

extremamente presente e importante para Maria, é configurado pelas qualidades de abnegação e aceitação, parâmetros significativos na produção de sentidos sobre o aborto, que passa a constituir, na concepção de Maria, uma ação maléfica ao indivíduo, significando uma experiência de interrupção no curso evolutivo determinado pela divindade, por uma ordem espiritual supra-humana, que rege a existência das pessoas.

Outro núcleo de sentido que as informações nos permitem construir sobre Maria relaciona-se à maternidade e à família. Esses elementos têm um sentido subjetivo muito ligado à afetividade em relação à própria mãe e aos seus filhos. Podemos deduzir que esse sentido também atua na configuração de um olhar negativo perante o aborto, já que esse seria contraditório com o papel materno de aceitação, e adequação à gravidez e ao filho, e de continuidade a uma evolução espiritual.

### **3.2. Paralelos e discussão**

Em todos os casos analisados, está presente um núcleo de sentido relacionado à religiosidade. No entanto, esse se configura de forma diferente para cada uma das mulheres, pois suas histórias, suas vivências e a forma como se relacionam a outros valores é diferente. Para Rita e Maria, por exemplo, a religiosidade constitui um fator que muito se contrapõe ao aborto induzido, gerando um significado negativo relacionado a esta ação: obstáculo a uma vontade divina, a uma ordem superior, que considera a interrupção da gravidez em qualquer estágio, como uma transgressão que abala muito fortemente a moral pessoal. O sentido subjetivo da maternidade, com valência distinta para Rita – que idealiza a maternidade - e Maria –que tem a maternidade como uma experiência difícil – talvez reforce a configuração subjetiva que assume a religião para cada uma delas.

Em comparação, é interessante observar como a religiosidade ganha contornos distintos para Izabel, que, pelos indicadores analisados, declara sentir-se apoiada em todas as

suas ações pela religiosidade. A espiritualidade, nesse caso, não parece entrar em conflito com sua moral, mas faz sentir-se apoiada e protegida, inclusive nos três abortos que realizou. É uma fé que não se configura como norma.

Para Meire, o valor religioso é mais sutil. Está presente como um sentido que a reforça atualmente, para levar adiante sua gravidez, e não parece, semelhante ao caso de Izabel, opor-se à sua moral, que também aceita a realização de um aborto. Muito mais contraditório à interrupção da gravidez parece ser, não a religiosidade, mas o sentido subjetivo da maternidade, que aparentemente, só não está muito presente na configuração subjetiva de Rita, talvez porque nunca tenha tido filhos. Para as outras três, no entanto, supõe-se constituir um dos sentidos mais fortes em contraposição ao sentido subjetivo do aborto, mesmo no caso de Izabel e Meire, que defendem fortemente o direito à interrupção da gravidez. Quando elas relatam sentirem-se divididas ou muito “mexidas” em relação ao aborto, a pressuposição é de que esse sentimento parte justamente da força do sentido subjetivo que configura a experiência materna para essas mulheres.

Quanto a isso, é interessante lembrar o que é formulado por González Rey (2004) sobre a emocionalidade: ela não estaria voltada apenas para o objeto em si, de forma racional e coerente, mas para o próprio sujeito, em todas as configurações de sentido que constitui sua subjetividade. Aplicando esse pensamento aos casos analisados, isso significa que a emoção produzida frente ao aborto, tanto ao defendê-lo, quanto ao contestá-lo, não é uma atividade racional direta, mas abarca a congruência de toda a produção de sentidos da mulher, que inclui a maternidade, a religiosidade, a forma de conceber os direitos femininos, e muitos outros aspectos subjetivos.

É por isso que, embora haja representações partilhadas em cada um dos núcleos de sentido analisados, esses não chegam a se igualar, pois a forma como se configuram as experiências individuais faz com que as subjetividades se constituam de forma diferentes.

Desta forma, pode-se dizer que formulações simplistas a respeito do aborto, que atribuam a ele um único sentido, tornam-se inadequadas, pois o sentido é “uma formação dinâmica, fluida e complexa que tem inúmeras zonas”. (Vygotsky, 1982, citado em González Rey, 2004)

A questão da autonomia e liberdade de escolha da mulher foi outro núcleo de sentido subjetivo evidenciado em dois casos de análise: Meire e Izabel. Embora seja muito forte a representação da maternidade, configurada como um sentido de muita carga emocional positiva, a visão sobre a independência feminina ganha força em suas vidas, muito em função do contexto familiar (influência da irmã, ausência dos pais), que motivou uma atitude bastante ativa frente às situações cotidianas. Essa postura acaba por fazer com que o aborto seja significado como uma ação possível, diferente de como é configurado para Rita e Maria.

Outro núcleo de sentido construído a partir das informações de Meire é o que diz respeito à importância da presença masculina, na relação e na família, como fator relevante para integrar uma estrutura emocional adequada para a criança. A figura do homem, como pai e marido, ganha tanta força, que parece configurar um elemento chave para Meire no sentido subjetivo do aborto. Um fato muito curioso, pois, contradiz muitas representações sociais que se tem com relação à interrupção voluntária da gravidez - de que a mulher que toma essa decisão tem descaso com a criança, está preocupada apenas consigo mesma, etc. De acordo com essa configuração de sentido, pelo contrário, a mulher estaria tão preocupada com o contexto de vida que terá a criança, que decide abortar por sentir-se responsável pela eventual

consequência da falta do pai para o filho, ou da própria condição emocional para atender às necessidades do bebê, devido à ausência do marido para ajudar na criação.

Portanto, a hipótese que construímos é a de que existam basicamente quatro núcleos de sentido relacionados ao aborto induzido:

**1. Um núcleo de sentido ligado ao valor que assume a RELIGIÃO para a mulher, em que o aborto provocado configura como interferência numa ordem religiosa, espiritual relacionada a um desígnio divino.**

**2. Um núcleo de sentido relacionado à MATERNIDADE, em que a interrupção voluntária da gravidez configura como rompimento com o papel materno de criação, proteção aos filhos e à família.**

**3. Um núcleo de sentido ligado à importância da PRESENÇA MASCULINA E DE UMA FAMÍLIA constituída para a mulher, em que o aborto induzido configura uma preocupação com o bebê, no sentido de lhe prover um pai presente, e uma estrutura familiar e financeira equilibrada.**

**4. Um núcleo de sentido relacionado à AUTONOMIA FEMININA e DIREITOS DA MULHER, em que o aborto induzido configuraria como a afirmação da própria identidade e liberdade de escolha em relação a seus projetos, sua vida, seu futuro.**

São núcleos paradoxais, que representam a complexidade do tema, e podem estar presentes em conjunto na configuração subjetiva da mesma pessoa. Essa é a perspectiva da subjetividade, que está permeada das contradições e dos paradoxos que conformam a experiência humana. Por isso é tão interessante de ser estudada.

Alguns desses núcleos subjetivos podem ser mais assimilados culturalmente que outros, pois são coerentes com algumas representações sociais mais difundidas na mídia, nos colóquios cotidianos, na escola, na igreja. Isso pode explicar o fato de que, por exemplo, a configuração subjetiva da maternidade, ou da religião, podem se sobrepor em nível coletivo às duas outras configurações – da busca pela autonomia e da presença masculina. Tais aspectos dizem respeito a valores sociais predominantes, como a falta de valorização dos direitos da mulher, ou o próprio tabu em relação ao aborto, que fazem com que algumas mulheres levem adiante uma gravidez.

Essa reflexão nos ajuda a repensar as experiências individuais e sociais, considerando alguns dos sistemas que podem fazer parte delas. Assim, podemos tomar consciência da configuração de nossa complexidade e de como ela se insere em sistemas maiores, sem pretender consolidar uma verdade absoluta. Desta maneira, é importante dizer que essas considerações conformam apenas hipóteses teóricas, recursos de inteligibilidade para produzir um novo pensamento, que possa significar os problemas investigados.

### **III. Considerações Finais**

Investigar como os sentidos subjetivos em relação ao aborto induzido se configuram tem a intenção de construir novos olhares sobre o tema: experiências similares ganham uma visão mais aprofundada e mais coerente com a diversidade das emoções e das vivências em relação ao tema. Idéias polarizadas e definitivas – ser contra ou ser favorável ao aborto induzido – são apenas a superfície de um sistema de sentido muito vasto, contraditório e dinâmico. Assim é a subjetividade.

O preconceito gerado por um ponto de vista homogeneizado produz a perda da capacidade de alternativas de subjetivação, que, por sua vez, pode resultar em vários problemas para a sociedade e para o indivíduo. No tema do aborto induzido, por exemplo, a

consequência disso pode ser a morte ou a mutilação de milhões de mulheres, além da perda da saúde psíquica de algumas delas.

Nesse sentido, podemos afirmar que a inflexibilidade da norma jurídica e sua sobreposição às práticas médicas têm ignorado a mulher como sujeito, já que, como se viu, as configurações de sentido em torno da interrupção voluntária da gravidez são variadas. Desta maneira, a convenção social tem punido não só as práticas de aborto, mas a idéia do próprio aborto, já que o silêncio tem sido imperativo diante da ação e do diálogo aberto sobre o tema. Isso elimina a expressão da individualidade e da subjetividade.

Esta não é uma posição em defesa do aborto, mas em defesa do direito à variabilidade de significação sobre o tema e do direito de exercê-lo. Desta forma, concordamos com González Rey (2004), quando afirma que “o sentido não é guiado pelo que é bom ou pelo que é mau, pelo justo, ou pelo injusto, estabelecidos a partir da dimensão do comportamento que é o que caracteriza tanto o sentido comum, como as instituições sociais. O sentido é guiado por aquilo que o sujeito sente e que nos leva a tentar conhecer a produção social dessa forma de sentir” (p. 55).

A ciência que vê a qualidade subjetiva humana admite que seu objeto não é apenas a racionalidade, mas também “a emoção, a individualização, a contradição, enfim, é expressão íntegra do fluxo da vida humana, que se realiza através de sujeitos individuais, nos quais sua experiência se concretiza na forma individualizada de sua produção”. (González Rey, 2002)

Por assumirmos que a visão que se apresenta é uma forma individualizada de configuração de sentido sobre o aborto provocado, reafirmamos que os núcleos aqui construídos, são apenas um conhecimento parcial, embora sejam referenciais muito úteis para a tentativa de entendimento sobre como as práticas sociais são mantidas e como vão se



modificando ao longo do tempo. Como já foi dito ao longo deste trabalho, é conhecendo a singularidade que podemos conformar uma compreensão maior sobre a realidade do sujeito.

#### IV. Referências Bibliográficas

Alan Guttmacher Institute – AGI. (1996). *An Overview of Clandestine Abortion in Latin America*. New York, NY. Disponível em <<http://www.guttmacher.org/pubs/ib12.html>>. Acesso em 25 de junho de 2007.

\_\_\_\_\_. (1999). *Aborto Inducido a nivel mundial*. Nueva York, NY. Disponível em <<http://www.guttmacher.org/pubs/ib12.html>>. Acesso em 25 de junho de 2007.

\_\_\_\_\_. (1999). *Sharing responsibility: women, society and abortion worldwide*. New York, NY. Disponível em <<http://www.guttmacher.org/pubs/ib12.html>>. Acesso em 25 de junho de 2007.

Arrais, A.R. (2005). *As Configurações Subjetivas da Depressão Pós-Parto: para além da padronização patologizante*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, UnB. Brasília.

Código Penal Brasileiro, arts. 124 a 126 e 128. (1940)

Correia, S. e Freitas, A. (2007). *Atualizando os Dados sobre a Interrupção voluntária da gravidez no Brasil*. Revista de Estudos Feministas. 5, 2, pp. 389 a 395

Farr, R.M. (2002). *As raízes da Psicologia Social Moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Faúndes, A e Barzelatto, J. (2004). *O Drama do Aborto: em Busca e um Consenso*. Editora Komedi. Campinas.

González Rey, F. (2002). *Pesquisa Qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

\_\_\_\_\_. (2003). *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

\_\_\_\_\_. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Petrópolis, RJ: Vozes.

\_\_\_\_\_. (2005a). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

\_\_\_\_\_. (2005b). *O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica*. In González Rey, F.L. (organização). *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Jodelet, D. (2001). As Representações Sociais: um domínio em expansão. In Jodelet, D. (organizadora). *As representações Sociais*. Rio de Janeiro, EdUERJ.

Ministerio da Saúde, DATASUS. (s.d.) Sistema de Informações Hospitalares. Disponível em <[www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)>. Acesso em 20/06/2007

Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ.

Neckel, R. et al. Aborto e Infanticídio nos códigos Penais e nos Processos Judiciais: a pedagogia de condutas femininas. In Pedro, J.M (org.). *Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura.

Organização Mundial de Saúde. (2005). *Informe sobre la salud en el mundo*. Disponível em: <[http://www.who.int/whr/2005/media\\_centre/es/index.html](http://www.who.int/whr/2005/media_centre/es/index.html)>. Acesso em 13/07/2007

\_\_\_\_\_. (1997). *Post-abortion family planning: a practical guide for programme managers*. OMS: Geneva. Disponível em:

<[http://www.who.int/reproductivehealth/publications/post\\_abortion\\_family\\_planning/intro.html](http://www.who.int/reproductivehealth/publications/post_abortion_family_planning/intro.html)> Acesso em 10/07/2007

Osis, M., Hardy, E, Faúndes, A. et al. (1996). *Dificuldades para obter Informações da população de mulheres sobre aborto ilegal*. Rev. Saúde Pública, 30, 5, pp. 444-451

Pedro, J. M. (2003) Aborto e Infanticídio: práticas muito antigas. In Pedro, J.M (org.). *Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura.

Rede Feminista de Saúde. (2005) *Dossiê Aborto: Mortes Preveníveis e Evitáveis*. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde.

## **V. APÊNDICES**

## **VI. ANEXOS**